



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FELIPE RAFAEL DE MELLO

**ANÁLISE DAS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E CHINA: UM ESTUDO
DO POR QUE O BRASIL DEVE INTENSIFICAR O COMÉRCIO COM A CHINA**

CAXIAS DO SUL

2020

FELIPE RAFAEL DE MELLO

**ANÁLISE DAS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E CHINA: UM ESTUDO
DO POR QUE O BRASIL DEVE INTENSIFICAR O COMÉRCIO COM A CHINA**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado a Universidade de Caxias do
Sul (UCS) no curso de Bacharelado em
Ciências Econômicas como requisito para
obtenção do grau em Ciências
Econômicas.

Orientador Prof. Me. Mosar Leandro Ness

CAXIAS DO SUL

2020

FELIPE RAFAEL DE MELLO

**ANÁLISE DAS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E CHINA: UM ESTUDO
DO POR QUE O BRASIL DEVE INTENSIFICAR O COMÉRCIO COM A CHINA**

Relatório final, apresentado a Universidade de Caxias do Sul, como parte das exigências para obtenção de título de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: / /

Banca Examinadora

Prof. Me. Mosar Leandro Ness (Orientador)
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Me. Adriane Maria Silocchi
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Me. Romário de Souza Gollo
Universidade de Caxias do Sul – UCS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, especialmente meu filho Pedro Saretta de Mello a minha esposa Carla Maris Saretta e meus pais, Artur Osmar de Mello e Adriana de Oliveira Fernandes pelo amor incondicional e por estarem sempre ao lado. Sem vocês, nada disso seria possível.

Aos meus amigos, pelas risadas, pela companhia, força, apoio, enfim, por tudo.

A todos os professores do departamento de Economia da Universidade de Caxias do Sul pelo conhecimento transmitido ao longo da graduação, bem como a contribuição de cada um para o meu crescimento profissional e pessoal.

Em especial, ao meu orientador, professor Mozar Leandro Ness, pelos ensinamentos, pelo apoio e compreensão.

Obrigado por fazerem parte desta jornada!

Dedico este trabalho ao meu filho Pedro.

“ O que vai gerar a riqueza das nações é o fato de cada indivíduo procurar o seu desenvolvimento e crescimento econômico pessoal.”

Adam Smith

RESUMO

Este estudo visa demonstrar, através de fórmulas econômicas, a importância de o Brasil intensificar as relações comerciais com a China. Evidenciou-se, ao longo dos últimos anos, um forte crescimento econômico do país asiático, com altos percentuais do PIB. Em pouco tempo, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, suplantando uma longa hegemonia dos Estados Unidos em nosso comércio internacional. A pesquisa também abordará uma revisão da bibliografia, modelos e as políticas gerais referentes ao comércio internacional. Como método de pesquisa, foi utilizada uma análise quantitativa considerando séries históricas no período de estudo e utilização de dados numéricos das relações comerciais entre Brasil e China, para desenvolver os índices de vantagem comparativa revelada e os índices de especialização e exportação. Os resultados das séries históricas foram favoráveis, principalmente para o Brasil, pois no intervalo de tempo analisado, percebeu-se que a nação brasileira obteve saldo comercial favorável. Nos índices de vantagem comparativa revelada, foram coletados dados de três mercadorias diferentes para demonstrar a eficiência dos produtos brasileiros exportados. Em relação aos índices de especialização e exportação, verificou-se que o Brasil possui maior índices de especialização de exportação nos setores que foram analisados. Em suma, concluiu-se que o Brasil mostrou índices crescentes, principalmente nos produtos que envolveram grãos. Contudo, a China é um mercado consumidor de potencial ímpar, isso faz com que o Brasil deva se aproximar ainda mais deste país para que os chineses adquiram as mercadorias que a nação brasileira produz.

Palavras-chave: Economia; Exportação; Importação; Brasil; China.

ABSTRACT

This study aims to demonstrate, through economic formulas, the importance of Brazil to intensify trade relations with China. Over the past few years, there has been strong economic growth in the Asian country, with high percentages of GDP. In a short time, China became Brazil's main trading partner, supplanting a long-standing US hegemony in our international trade. The research will also address a review of the bibliography, models and general policies regarding international trade. As a research method, a quantitative analysis was used considering historical series in the period of study and use of numerical data on trade relations between Brazil and China, to develop the indexes of comparative advantage revealed and the indexes of specialization and exports. The results of the historical series were favorable, mainly for Brazil, because in the analyzed period of time, it was noticed that the Brazilian nation obtained a favorable trade balance. In the indexes of comparative advantage revealed, data were collected from three different goods to demonstrate the efficiency of Brazilian products exported. Regarding the indexes of specialization and exports, it was found that Brazil has higher indexes of export specialization in the sectors that were smoothed. In short, it was concluded that Brazil showed increasing rates, mainly in products that involved grains. However, China is a consumer market with unparalleled potential, which means that Brazil should get even closer to this country so that the Chinese acquire the goods that the Brazilian nation produces.

Keywords: Economy; Export; Import; Brazil; China.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Curva de Possibilidade de Produção	26
Figura 2 – Relação entre as exportações e a produção de Bens.....	28
Figura 3 – Efeitos de um aumento no preço relativo de tecidos.....	29
Figura 4 – Causas e efeitos da mobilidade internacional do trabalho	35
Figura 5 – A tarifa ótima	43
Figura 6 – Série Histórica: Balança Comercial com a China (2000-2019)	56
Figura 7 – Intercâmbio Comercial Brasil e China	57
Figura 8 – Série Histórica: Balança Comercial China – Brasil (2000-2018)	58
Figura 9 – Intercâmbio Comercial China e Brasil	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Condições de produção ricardianas na Inglaterra e em Portugal.....	23
Tabela 2 – Relação entre os insumos e a produção de uma indústria hipotética....	30
Tabela 3 – Índice de vantagem comparativa revelada	61
Tabela 4 – Índice de vantagem comparativa revelada	61
Tabela 5 – Índice de vantagem comparativa revelada	62
Tabela 6 – Índices de especialização e exportação	63

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1.	DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2.	FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES.....	13
1.2.1	Hipótese Central	13
1.2.2	Hipóteses Secundárias	13
1.3.	JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA	14
1.4.	DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS	15
1.4.1.	Objetivo Geral	15
1.4.2.	Objetivos Específicos	15
2	ADAM SMITH E DAVID RICARDO: COMPLEMENTO DE IDEIAS SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	16
2.1	ADAM SMITH	17
2.2	TEORIA CLÁSSICA.....	18
2.2.1	Teoria das vantagens absolutas	19
2.3	DAVID RICARDO	20
2.4.	MODELO RICARDIANO.....	21
2.5	ELI HECKSHER E BERTIL OHLIN	23
2.5.1.	Modelo de Heckscher-Ohlin	24
2.6	O MODELO GERAL DO COMÉRCIO	26
2.7	ECONOMIAS DE ESCALAS, CONCORRÊNCIA IMPERFEITA E COMÉRCIO INTERNACIONAL	30
2.8	MOVIMENTOS INTERNACIONAIS FATORES	33
3	POLÍTICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	38
3.1	OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA COMERCIAL.....	39
3.2	A ECONOMIA POLÍTICA DA POLÍTICA COMERCIAL	41
3.3	POLÍTICA COMERCIAL NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	44
3.4	TAXAS CAMBIAIS E MACROECONÔMICAS DAS ECONOMIAS ABERTAS	46

4	A RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE A ECONOMIA BRASILEIRA E CHINESA NO PERÍODO 2000 – 2018	50
4.1	UMA ABORDAGEM DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	50
4.2	UMA ABORDAGEM DA ECONOMIA CHINESA	52
4.3	COMÉRCIO BRASIL E CHINA.....	55
4.4	VANTAGEM COMERCIAIS DO BRASIL E CHINA ESTANDO NA OMC ..	59
4.5	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS.....	67

1 INTRODUÇÃO

As nações vivenciaram, desde o início do século XIX, inúmeras crises econômicas, dentre elas a crise de 1929, a crise do petróleo em 1973, a crise da dívida dos países da América Latina em 1980 e a crise de 2008 nos Estados Unidos. Todas as crises tiveram impactos negativos na economia global. Mesmo assim, desde 1978, após uma reformulação em sua economia, a China tem crescido a taxas surpreendentes e tem se destacado no cenário internacional. Com uma população de 1,4 bilhão de pessoas, isto é, 25% da população mundial, comporta o maior mercado consumidor do mundo.

O crescimento da economia chinesa vem apresentando impactos sobre a economia mundial, em especial a economia do Brasil. Desde os anos 2000, quando o governo brasileiro fortaleceu as relações bilaterais entre as nações, a China passou a ser um dos principais destinos de nossas exportações. Ademais, há estudos de que a economia chinesa, em algumas décadas, se torne a maior do mundo superando até mesmo a economia americana. Neste sentido, observa-se que o Brasil precisa intensificar e aumentar o grau de integração com a China. Com ambas as nações se beneficiando de vantagens comparativas em certos bens, a corrente comercial entre os dois deverá crescer, principalmente quando se leva em conta a grande demanda chinesa por alimentos e matérias-primas.

Além de uma análise da pauta de exportações dos dois países, o conceito de vantagens comparativas será considerado, devido a sua importância em relação ao comércio internacional. Portanto, será analisada a teoria clássica sobre o tema, incluindo não somente uma discussão sobre os modelos Ricardiano e de Heckscher-Ohlin, como também uma discussão sobre barreiras ao comércio internacional, sejam elas tarifárias ou não tarifárias.

1.1. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

O mundo contemporâneo passa por momentos políticos cíclicos, em que, ideologias prevalecem montando uma nova ordem politico-econômica. A China, ao longo de sua história, manteve o poder político centralizado. Houve inúmeros ditadores governando a China, o seu último ditador, Mao Tse Tung devastou a

economia chinesa, ocasionando problemas sociais, índices elevados de mortalidade infantil e gerando mortes por causa da fome. Após a morte de Mao Tse Tung, o governo chinês decidiu que deveria se interagir com o comércio global. Houve escolha de um presidente e uma organização no seu sistema político e jurídico.

O Brasil, em meados de 2002 para 2003, no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva intensificou o comércio bilateral com a China. O Brasil é um grande produtor de matéria-prima, commodities e semimanufaturados e com isso exporta para China estas mercadorias. A China possui um grande mercado consumidor e com isso é interessante manter relações comerciais com China, e a grande razão de continuarmos com esta parceria é que o país asiático é a potencial nação que poderá ultrapassar economicamente os Estados Unidos, tornando-se a nova hegemonia econômica mundial. Portanto, é necessário manter esta relação, para que possamos crescer e se desenvolver como a China.

Para fundamentar esta tese, será feito três análises: em primeiro se abordará a corrente de comércio entre os países, no período de 2000 a 2019. No segundo momento será desenvolvido o índice de vantagem comparativa, situação em que são demonstradas as mercadorias que o Brasil possui especialização para produzir. Por fim, analisar o índice de especialização de exportação, verificando a vantagem de um produto ou setor do que o Brasil tem em relação a China. .

1.2. FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES

1.2.1. Hipótese Central

Brasil e China por serem dois países emergentes e com grande potencial de crescimento econômico devem ampliar o relacionamento bilateral para que ambas as economias possam se desenvolver juntas.

1.2.2. Hipóteses Secundárias

H1: O Brasil e a China participam de alguns acordos comerciais, sendo o principal o BRICS.

H2: O Brasil produz commodities agrícolas e minerais e exporta para China que exporta para o Brasil mercadorias manufaturadas.

H3: A China é o segundo maior parceiro comercial do Brasil, essa relação comercial impacta diretamente no PIB brasileiro.

H4: A China é um país capitalista e adota o livre comércio para fortalecer a sua economia.

H5: O modelo econômico brasileiro está voltado para o Keynesianismo enquanto a China adota o livre comércio.

H6: As relações bilaterais entre Brasil-China se intensificaram na era Lula.

1.3.JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

O presente projeto é relevante, pois mostra o motivo pelo qual o Brasil deve fortalecer a relação bilateral com China. A China é o maior parceiro comercial do Brasil e a segunda maior economia do mundo. É a nação que tende a superar a economia estadunidense.

A China, após a morte de Mao-Tse Tung, vem apresentando níveis de crescimento elevado e consecutivamente vem despertando o olhar de investidores internacionais. Contudo, a China favorece o capitalista que quer investir e apostar no país. Oferece incentivos fiscais, capital humano a um custo acessível, zonas estratégicas de exportação, as suas conhecidas (ZEE), infraestrutura de qualidade e aperfeiçoamento na mão de obra. Ademais, a China possui umas das maiores populações mundial e para atender esta demanda populacional é necessário que um país, com potencial, forneça os insumos, bens e serviços necessários para que a China possa se desenvolver. A nação que tem essa capacidade é o Brasil, pois é rico na produção de alimentos, matéria-prima e semimanufaturados.

Dessa forma, o trabalho se justifica por analisar o contexto histórico e econômico da relação comercial entre Brasil e China.

1.4. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

1.4.1. Objetivo Geral

Analisar o histórico político e econômico do Brasil e da China e provar com dados econômicos o porquê o Brasil deve alavancar as relações bilaterais com China.

1.4.2. Objetivos Específicos

- 1) Analisar e apontar o BRICS, principal acordo comercial entre Brasil e China.
- 2) Mostrar os principais produtos comercializados entre Brasil e China.
- 3) Verificar como as políticas econômicas, adotados pela China, impactam no PIB brasileiro.
- 4) Realizar um estudo histórico do porque a China adotou o modelo liberal em sua economia.
- 5) Abordar o modelo de política econômica do Brasil.
- 6) Efetuar uma abordagem histórica da aproximação bilateral entre Brasil e China.

2 ADAM SMITH E DAVID RICARDO: COMPLEMENTO DE IDEIAS SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL

A teoria do comércio internacional clássica surgiu no momento em que as nações estavam comercializando entre si. Demonstrou-se, na época, necessário o estudo aprofundado sobre as relações comerciais entre os países. Realçando Adam Smith¹ e David Ricardo², os dois principais economistas clássicos. Ademais, a teoria clássica do comércio internacional baseia-se na teoria do valor trabalho que considera o trabalho ser o único fator de produção e que numa economia fechada os bens trocam-se uns pelos outros atendendo às quantidades relativas de trabalho que incorporam.

Adam Smith demonstra as vantagens da livre troca, ao observar que a abertura ao exterior conduz a um ganho importante para os dois parceiros da troca (embora podendo não ser equitativo) e, portanto, também para a economia mundial (originando o aumento global da riqueza). - *Riqueza das Nações: investigação sobre a sua natureza e causas, publicada originalmente em 1776*.

Adam Smith considera que o comércio internacional possui ganhos positivos para os países intervenientes na troca. Para tal, basta que os países se especializem de acordo com as suas vantagens absolutas: cada país deve especializar-se (completamente) no(s) produto(s) em que vantagem(ns) absoluta(s) em termos de custos (ou produtividade), ou seja, em que o número de horas de trabalho requerido para a sua produção é menor.

David Ricardo aprofundou a análise de Adam Smith e a reformulou para mostrar que ganhos de comércio poderiam ser obtidos mesmo sem vantagens absolutas, bastando, para tanto, que os países se especializassem em produzir aquilo em que tivessem vantagens comparativas.

¹ Adam Smith nasceu em 1723, na Escócia. Foi um filósofo e economista escocês. Em 1751, torna-se professor de lógica em Glasgow, passando mais tarde para a cadeira de filosofia moral. Em 1759, publica Teoria dos sentimentos morais. Em 1776, transfere-se para Londres e, no mesmo ano, publica Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações.

² David Ricardo nasceu em 1772, Londres no Reino Unido. Foi influenciado por Adam Smith. Em 1799, leu A Riqueza das Nações, de Adam Smith, e, desde então, até a sua morte, passou o tempo estudando e escrevendo sobre questões de Economia Política e aumentando sua fortuna.

2.1. ADAM SMITH

Adam Smith nasceu em 1723 na Escócia, onde viveu quase toda a sua vida. Cursou as universidades de Glasgow e Oxford (1737-1746) e foi professor em Glasgow, de 1751 a 1764. Seguindo Hunt (2005), em 1759 publicou uma de suas duas principais obras: *The Theory of Moral Sentiments* – um tratado de filosofia social e moral. Passou dois anos na França – de 1764 a 1766 -, onde entrou em contato com muitos dos principais intelectuais franceses, dentre eles os fisiocratas³ Quesnay⁴ e Turgot⁵. Em 1776, publicou sua obra mais importante: Na *inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, geralmente chamada de a Riqueza das Nações.

Na visão de Hunt (2005), Smith se diferencia de todos os economistas que o antecederam, não só por sua formação acadêmica e pela vastidão de seus conhecimentos, como também porque foi o primeiro a elaborar um modelo abstrato completo e relativamente coerente da natureza, da estrutura e do funcionamento do sistema capitalista.

McCreadie (2010) trás uma reflexão sobre o sistema capitalista de Smith afirmando que, a obra *A riqueza das nações*, detalha os benefícios, as interligações e as consequências de uma economia de livre mercado que pavimentou o caminho para o capitalismo moderno. Smith acreditava que somente haveria mercado para algum produto se alguém, em algum lugar, estivesse disposto a pagar por ele. Smith estava convencido dos méritos de uma abordagem *laissez-faire*⁶ porque acreditava que a concorrência e a não intervenção naturalmente regulariam o mercado e, assim, alguma “mão invisível” garantiria justiça e igualdade para todos.

Ainda seguindo McCreadie (2010), Adam Smith é considerado o pai da Economia clássica e sua contribuição para a matéria é de extrema relevância que é

³ Os fisiocratas eram um grupo de reformadores sociais franceses. Acreditavam que a riqueza das nações era derivada unicamente do valor de terras agrícolas e que os preços das mercadorias oriundas da terra deveriam ser elevados.

⁴ François Quesnay nasceu em Paris, na França, em 1694. Quesnay era filho de lavrador e o oitavo de treze irmãos. Seu interesse por economia começou no início dos anos 1750, e em 1757 conheceu o marquês de Mirabeau, com quem constituiu *les économistes* – os fisiocratas. Morreu em 1774.

⁵ Anne-Robert-Jacques Turgot nasceu em Paris, na França, em 1727. Turgot tornou-se ministro de finanças com a ascensão de Luís XVI em 1774 e iniciou reformas que estimularam o livre comércio.

⁶ A lei do Laissez-Faire é uma expressão simbolizante do liberalismo Econômico, que explica que o mercado deve funcionar livremente e sem interferência, apenas com regulamentos que protejam direitos de propriedade.

usada como parâmetro até os dias atuais. Em muitos aspectos, o famoso livro de Smith é uma evolução do tema e explica como o comércio surgiu e melhorou gradativamente ao longo do tempo. Contudo, Adam Smith veio a falecer em 1790 em Edimburgo, Reino Unido, após sofrer por uma doença dolorosa.

2.2 Teoria Clássica

O período do Mercantilismo, século XV até XVIII, foi o primeiro movimento de ideias que procurou explicar o funcionamento do comércio entre os países. Para Mariano (2012) e Appleyard, Field Jr. E Cobb (2010), no tempo do mercantilismo, para que uma nação fosse considerada rica, o estado deveria ser absoluto, o protecionismo com o comércio entre países seria com incentivos à exportação e não à importação. Deveria possuir, também, uma quantidade acumulada de metais preciosos, um exército fortalecido e o estímulo a natalidade de pessoas pobres. Com esse aumento populacional haveria bastante oferta de trabalhadores o que ocasionaria baixos salários e menor custo de produção.

A teoria mercantilista foi criticada por Adam Smith (1723-1790), em sua obra *A riqueza das nações*. Smith acreditava que uma nação para ser rica seria necessário que o país fosse capaz de produzir suas mercadorias com eficiência e menor interferência do estado. Os países que tivessem somente metais preciosos e não soubessem usar seus fatores de produção acabariam por importar produtos oriundos de países que tinham capacidade produtiva. Portanto, todos os metais preciosos saíam desses territórios ricos e acabariam nas mãos de lugares de origem produtiva.

De acordo com Smith (1723-1790), para existir comércio entre as nações era necessário que houvesse demanda por algum determinado produto. Cada país deveria se especializar em determinada mercadoria para que fosse possível ter comércio entre os países. O valor dos itens era determinado pela quantidade de horas trabalhadas por determinada pessoa. Quanto mais horas era dedicada na fabricação de um bem, o valor deste bem seria maior. O determinante de uma produção seria o emprego da mão de obra. Considerando que as nações pudessem se relacionar comercialmente, era necessário que houvesse diferenças significativas entre os valores de mercadorias.

Pode-se citar, como exemplo hipotético, para demonstrar essa teoria, o Brasil e Canadá, em que ambos os países produzem carne e madeira. Nessa relação, o Brasil apresenta um custo menor na fabricação de carne. Na produção de madeira, ocorre exatamente ao contrário, ou seja, o Canadá apresenta um custo menor de produção se comparado com o Brasil. No Canadá, o gasto de produção é menor em razão de existir muitas florestas. Já no Brasil, o dispêndio de produção para carnes é menor porque há campos para produção de gado. Nesse caso, percebe-se que não é necessário demonstrar matematicamente que seria mais vantajoso cada país produzir a mercadoria em que seu custo seja menor, intensificando a produção no bem para o qual possuam vantagens absolutas. As duas nações podem se relacionar comercialmente nesses dois itens em que ambos os países possuem demanda. O consumidor irá adquirir um bem importado, com qualidade e com um preço mais acessível.

Segundo Mariano (2012), ao comentar a obra de Adam Smith, existe um conjunto de contribuições que continua a ser relevante no debate econômico. Smith (1723-1790) usou a mudança no sistema de produção, que começava na Inglaterra, período da revolução industrial, para argumentar a respeito da passagem do processo artesanal para a manufatura. Ele identificou a produção como um fator chave para explicar a origem da riqueza das nações. O gerador de riqueza para um país, era conjunção da produtividade e da capacidade que este tinha em fabricar seus bens. Segundo Mariano (2012) a divisão do trabalho, competitividade entre empresas eram a base no processo de desenvolvimento do capitalismo. Portanto, no sistema capitalista, as empresas que iriam ganhar mercado seriam aquelas que estivessem mais preparadas para produzir seus bens a custos menor e com qualidade. As empresas teriam que inovar constantemente e as pessoas se qualificar para poder produzir as mercadorias que seriam demandadas pela sociedade.

2.2.1 Teoria das vantagens absolutas

As vantagens absolutas baseiam-se no comércio entre duas nações. Na visão de Salvatore (2000), quando uma nação é mais eficiente do que a outra, ou possui uma vantagem absoluta em relação àquela, na produção de uma commodity,

porém é menos eficiente do que a outra nação, ou possui uma desvantagem absoluta em relação àquela, na produção de uma segunda commodity, ambas as nações podem ganhar, cada uma delas especializando-se na produção da commodity de sua vantagem absoluta e trocando parte de sua produção com a outra nação pela commodity de sua vantagem absoluta.

Por meio deste processo, os recursos são utilizados com maior eficiência e a produção de ambas as commodities crescerá. O aumento da produção de ambas as commodities corresponde aos ganhos da especialização na produção disponíveis para serem divididos entre as duas nações através do comércio. Na visão de Dalla Costa (2012), as vantagens absolutas é a habilidade com que um país tem em produzir um determinado produto. Nessa forma, quanto menos trabalho uma nação necessita para produzir determinado bem, mais produtivo o país é em relação a este bem. Isso quer dizer, quanto menor custo, insumos e tempo para produzir uma mercadoria, este país estará adquirindo vantagem absoluta sobre um produto e poderá comercializar este bem com outros países com um preço mais atrativo.

Conforme Salvatore (2000), os mercantilistas acreditavam que uma nação somente poderia adquirir ganhos à custa de outro país e, além disso, defendiam o controle governamental rigoroso de toda a atividade econômica e do comércio. Adam Smith divergia do modelo intervencionista mercantilista, para ele, todas as nações saíam ganhando com o livre comércio e defendia a política do *laissez-faire*. O livre comércio levaria os recursos mundiais a serem utilizados de forma mais eficiente, e maximizaria o bem-estar mundial. Contudo, Adam Smith acreditava que a política do *laissez-faire* e livre comércio poderiam ter algumas exceções. Uma delas seria a proteção de indústrias importantes para a defesa nacional.

2.3 DAVID RICARDO

David Ricardo nasceu em Londres, Inglaterra, em 1772. Segundo Hunt (2005), era filho de uma capitalista inglês, que tinha feito fortuna na bolsa de valores, após ter migrado da Holanda para a Inglaterra. O jovem Ricardo teve mais êxito ainda na bolsa de valores do que seu pai, tendo-se transformado em um homem muito rico antes dos 30 anos de idade.

Ainda seguindo Hunt (2005), em 1799, Ricardo leu *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, e, desde então, passou o tempo investigando e escrevendo sobre questões de Economia Política e aumentando sua fortuna. Sua capacidade de construir um modelo abstrato de como funcionava o capitalismo e dele deduzir todas as suas implicações lógicas foi insuperável, em sua época.

Seguindo Calabrez (2020), Ricardo ficou conhecido por aprofundar o pensamento de Adam Smith e assim elaborou as suas próprias teorias. Teorias que vieram a contribuir para o pensamento econômico e comércio internacional. A teoria das vantagens comparativas demonstrou que países podem se beneficiar mutuamente do comércio livre; a teoria do valor – trabalho, núcleo central da teoria econômica clássica. Para isso, o autor abre o primeiro capítulo de sua obra com a seguinte definição: “O valor de uma mercadoria, ou seja, a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa do trabalho necessário para a sua produção, e não da maior ou menor compensação que é paga por esse trabalho” (Ricardo, 1974, p. 255).

Por fim, suas teorias econômicas estabeleceram um estilo de modelos econômicos abstratos e dedutivos que vem dominando a teoria econômica até os dias atuais. Como Adam Smith, ele iria exercer uma influência tanto sobre o marxismo radical quanto sobre as tradições neoclássicas conservadoras da teoria econômica em todo o restante do século XIX e no século XX.

2.4 MODELO RICARDIANO

David Ricardo aprofundou a análise de Adam Smith e a reformulou para mostrar que ganhos de comércio poderiam ser obtidos mesmo sem vantagens absolutas, bastando, para tanto, que os países se especializassem em produzir aquilo em que tivessem vantagens comparativas.

[...]O comércio internacional provoca esse crescimento na produção mundial porque permite a cada país especializar-se na produção do bem no qual apresenta vantagens comparativas. Um país tem vantagens comparativas na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção do bem em termos de outros bens é mais baixo que em outros países (KRUGMAN, 2015 p 15).

David Ricardo propôs o que viria a ser conhecido como modelo Ricardiano, sugerindo a ideia da teoria das vantagens comparativas, introduzida em sua obra *The principles of political economy and taxation (1817)*. Discorre que os ganhos potenciais do comércio internacional não estavam confinados à vantagem absoluta de Adam Smith. Seu trabalho fundamentou-se na especialização em que cada nação produzia determinada mercadoria. Com o aperfeiçoamento de um bem, cada país poderia oferecer no comércio internacional, sua produção a um preço competitivo. Os consumidores irão adquirir uma mercadoria ou serviço mais barato e com qualidade.

Dentro do modelo ricardiano, “(...) os fatores de produção são completamente imóveis externamente, isto é, eles não se movem entre países(...)” (Appleyard; Field Jr; Cobb 2010, p.29). Neste pressuposto, os países não comercializam fatores de produção, mas sim mercadorias. Algumas nações possuem maior oferta de recursos humanos, capital ou terra, e com isso adquirem um produto com menor valor para comercializar internacionalmente.

Ainda seguindo Appleyard; Field Jr; Cobb (2010), David Ricardo, afirmou ser a tecnologia entre as nações ser fixo para ambos os países, apesar de sua intensidade poder diferir entre eles. Cada país possui sua maneira de produzir seus bens. O país que conseguir aperfeiçoar as suas inovações tecnológicas, irá conquistar um percentual maior de mercado, pois irão dispor de um produto competitivo. A teoria de valor trabalho também é citada por ele. Algumas mercadorias necessitam de mais horas para serem finalizadas, enquanto outras necessitam de menos horas para serem concluídas. Assim, o valor relativo de uma mercadoria baseia-se em seu conteúdo relativo de trabalho relativo (Field Jr *et al.* 2010).

Ainda seguindo Appleyard; Field Jr; Cobb (2010), custos unitários são constantes, não mudam independentemente da quantidade produzida. Além disto, dentro de suas estimativas, em uma economia de exportação havia emprego total. Todos países possuíam as mesmas condições de se especializarem e aperfeiçoar seus métodos de trabalho. Os cidadãos tinham plenas condições de trabalhar e com isso haveria emprego para todos.

Tabela 1 – Condições de produção ricardianas na Inglaterra e em Portugal

Países	Vinho (V)	Tecido (T)	Razão de preços em autarquia
Portugal	80 h/barril	90 h/jarda	1V:8/9T (ou 1T:9/8V)
Inglaterra	120 h/barril	100 h/jarda	1V:6/5T (ou 1T:5/6V)

Fonte: Appleyard; Field Jr; Cobb (2010).

Na tabela 1, Ricardo exemplificou a sua teoria abordando, vinho e tecidos como itens em, Portugal e Inglaterra. No momento em que os países fabricavam os mesmos produtos, Portugal produziu ambas as mercadorias por um custo e força de trabalho menor se comparado com a Inglaterra. Esta relação representa os denominados coeficientes técnicos de trabalho.

Contudo, Arienti, Vasconcelos e Arienti (2017), trás um novo argumento, relacionando custo de oportunidade, parafraseando o quanto se renuncia de um item para se obter outro. Portanto, uma nação deverá investigar em qual momento uma renúncia de um produto, geraria mais vantagem econômica, ou seja, em que situação compensaria o custo de oportunidade, diminuir a produção de um bem para obter outro.

A relação comercial entre os países é benéfica para todos, pois cada território pode organizar os seus recursos para produzir em escala numa determinada categoria, se especializar e conquistar mercados. Essa nação terá mais eficiência na realização de seus bens e poderá aplicar um preço competitivo. Assim, Segundo Appleyard; Field Jr; Cobb (2010), estes países devem optar em usar de maneira eficiente os seus recursos domésticos e se especializar nas mercadorias em que seus fatores de produção possam atender a demandas internas e externas.

2.5. ELI HECKSHER E BERTIL OHLIN ⁷

Eli Hecksher nasceu em Estocolmo, na Suécia, em 1879, era filho de um empresário judeu dinamarquês. Seguindo Carlson (2016), durante a maior da vida de Heckscher foi o liberal econômico com mais princípios da Suécia. Ele lutou contra as tendências socialistas do estado, keynesianas.

⁷ Eli Heckscher e Bertil Ohlin são dois economistas sueco, (Ohlin recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1977), e é conhecido como teoria de Heckscher-Ohlin

Em 1919, Hecksher desenvolve um estudo no qual se preocupa com a influência do comércio internacional em relação à renda nacional, porém especificamente em relação à distribuição dessa renda. Seu objetivo principal é descobrir a influência do comércio internacional com respeito aos preços dos fatores de produção.

Bertil Ohlin nasceu em Skåne, na Suécia, em 1879. Segundo Friedhilde (1970), Ohlin foi aluno de Hecksher e preocupou-se com as argumentações do seu professor e formula um estudo sobre os problemas e tendências a igualização internacional dos fatores de produção que ficou sendo chamada A lei da igualização dos preços dos fatores de produção.

Em 1933, Ohlin elabora um modelo de comércio entre duas regiões, as quais não diferem dos países, pois estas localizações estão definidas dentro do conceito da teoria clássica. Ou seja, em que permite a perfeita mobilidade de fatores dentro das respectivas regiões, entretanto não há possibilidade de transferência de fatores entre as regiões.

Segundo Salvatore (2000), Ohlin absorveu todas as informações contidas no artigo escrito por Heckscher. Com isso, como a essência do modelo foi introduzida inicialmente por Hecksher, a teoria foi muito acertadamente denominada modelo de Hecksher-Ohlin. Ohlin, por sua vez, ganhou o prêmio Nobel de economia em 1977, por seu trabalho sobre comércio internacional.

2.5.1. Modelo de Heckscher-Ohlin

A teoria clássica pressupõe apenas um fator de produção, a mão de obra. Esta era a única variável que se levava em consideração para formar o custo do produto. Entretanto, o modelo de *Hecksher-Ohlin*¹ revela que outros fatores de produção, como o trabalho, capital e a terra seriam determinantes para produção. Essa teoria ficou conhecida como dotação relativa dos fatores. O comércio internacional entre os países decorre da diferenciação destes, pois cada país têm uma capacidade instalada de fabricação. Essas diferenças fazem com que o mundo tenha comércio.

[...] Em de 1930, dois economistas ligados à Escola de Economia de Estocolmo, Eli Hecksher (1879 – 1952) e Bertil Ohlin (1899 – 1979), tomando como partida a teoria de Ricardo, desenvolveram um modelo matemático ampliado de equilíbrio geral de comércio internacional, com dois

países, dois bens e dois fatores de produção. Esse modelo passou à literatura como modelo Heckscher-Ohlin ou modelo 2x2x2. Esse modelo prediz que os países devem desenvolver padrões de comércio e produção com base nas dotações dos fatores de produção de que dispõe: exportar produtos cujo fator de produção existe em maior abundância e importar os bens que demandam para produção os fatores mais escassos” (ARIENTI, Vasconcelos; Arienti. (2017) p 203).

Segundo Carvalho e Silva (2007), a teoria de Heckscher-Ohlin ratifica que cada país se especializa e exporta o bem que requer utilização mais intensiva de seu fator de produção abundante. Krugman (2015) mostra um novo olhar, que este modelo apresenta um entendimento de como os recursos podem levar a diferentes padrões de comércio. Para Arienti Vasconcelos e Arienti (2017), a teoria Heckscher-Ohlin é um modelo matemático ampliado de equilíbrio geral de comércio internacional, com dois países, dois bens e dois fatores de produção. As nações comercializam entre si e como cada território possui uma disponibilidade de fatores de produção diferente, para ser utilizados, existem duas condições sobre os fatores de produção: a intensidade do fator de produção em um bem e abundância relativa do fator de produção em um país.

Segundo Krugman (2015), uma das teorias da economia internacional é a de que o comércio é conduzido por diferenças entre recursos dos países. Esta hipótese enfatiza o mecanismo entre as proporções, em que cada nação possui uma estrutura e uma disponibilidade de recurso. Com isso, o comércio internacional se favorece em razão de diferentes bens que serão ofertados no mercado. A relação de comércio entre países se dará com a troca de mercadorias. Cada país irá ofertar um bem que utiliza intensamente o seu fator mais abundante e importará um produto que o seu fator de produção não comporte uma determinada demanda.

O exemplo deste conceito, a China, que além de ter um grande território, que possibilita com que empresas escolham onde se instalar, o país possui uma vasta massa de mão de obra, o que torna a produção eficiente e barata. Entretanto, o Brasil oferta commodities em razão deste país ter uma biodiversidade diferenciada das demais nações. Portanto, a teoria de *Heckscher-Ohlin* aponta que o comércio é provocado pela diferença na dotação relativa de fatores entre países.

Contudo, um princípio para que a teoria da dotação relativa dos fatores possa encontrar validade é que a economia deve ser livre. Os governos criam barreiras que impedem o comércio entre países fluir naturalmente. A exemplo é a produção de tarifas, impostos, cotas e por vezes até decisões políticas e

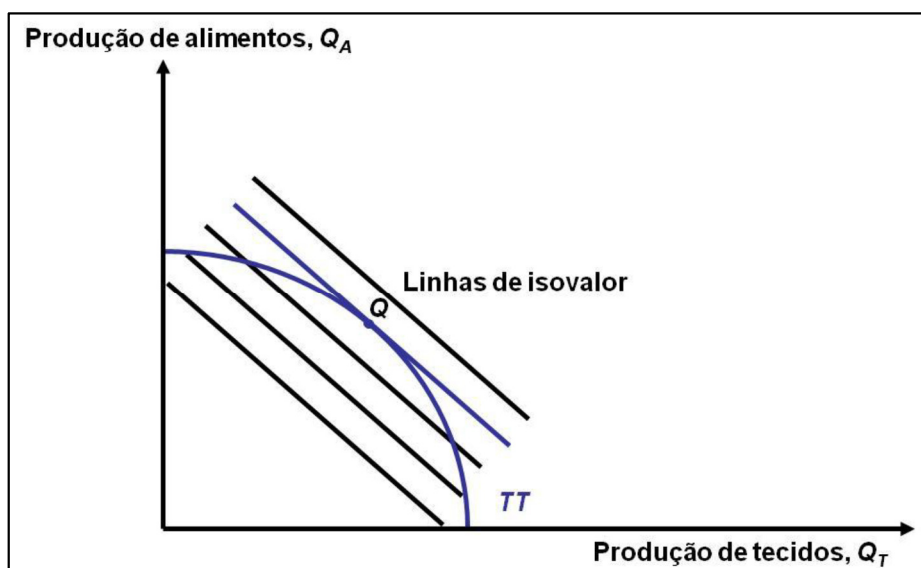
diplomáticas. Portanto, a relação comercial entre as nações tendem a se inviabilizar em razão de ações impostas pelos governos.

2.6 O MODELO GERAL DO COMÉRCIO

De acordo com Krugman (2015), o modelo geral do comércio é formado com base em quatro conexões: a relação entre a fronteira de possibilidades de produção e a curva de oferta relativa; os preços relativos e a demanda; a determinação do equilíbrio mundial pela oferta relativa mundial e pela demanda relativa mundial e, por fim, do efeito dos termos de troca sobre o bem estar de uma nação.

Na curva de possibilidade de produção e oferta relativa, Krugman (2015) menciona como exemplo, dois países que produzem dois bens, tecido (T) e alimentos (A) e que cada fronteira de possibilidades de produção é uma curva suave, como a demonstrada por TT na figura abaixo.

Figura 1 – Curva de Possibilidade de Produção



Fonte: Krugman (2015).

O ponto sobre a divisa de possibilidades de produção no qual a economia realmente produz depende do preço de tecido relativo ao preço de alimento, P_T/P_A (KRUGMAN, 2015). Isso significa que os preços relativos que são aplicados é o que determina a quantidade a ser produzida. Nas linhas desenhadas no gráfico são chamadas de linhas de isovalor. Essa é a linha que indica o valor de mercado da

fabricação de mercadorias. Cada uma dessas indicações é estabelecida V que é o valor da produção. Quanto mais alto for V , mais para fora a linha do isovalor se situará. Contudo, as linhas de isovalor mais distantes da origem correspondem a valores mais altos da produção. Cada uma dessas linhas é denominada por um equação na forma

$$P_t.Q_t + P_a.Q_a = V \quad (2.1)$$

Onde:

P_t : Representa o preço do tecido

Q_t : Representa a quantidade de tecido

P_a : Representa o preço do alimento

Q_a : representa a quantidade do alimento

V : Valor da produção

Segundo Krugman (2015) os preços relativos e demanda estão relacionados com o consumo dos indivíduos. Isto significa que a linha de isovalor depende das preferências dos consumidores. O modelo geral faz uma suposição das tomadas de decisão de consumo da economia e são representadas como se estivessem baseadas nas preferências de um único indivíduo. A equação $P_t.Q_t + P_a.Q_a = P_t.D_t + P_a.D_a = V$ mostra que a produção e o consumo devem permanecer na mesma linha de isovalor.

$$P_t.Q_t + P_a.Q_a = P_t.D_t + P_a.D_a = V. \quad (2.2)$$

Onde:

P_t : Representa o preço do tecido

Q_t : Representa a quantidade de tecido

P_a : Representa o preço do alimento

Q_a : representa a quantidade do alimento

P_t : Representa o preço do tecido

D_t : Representa a demanda por tecido

P_a : Representa o preço do alimento

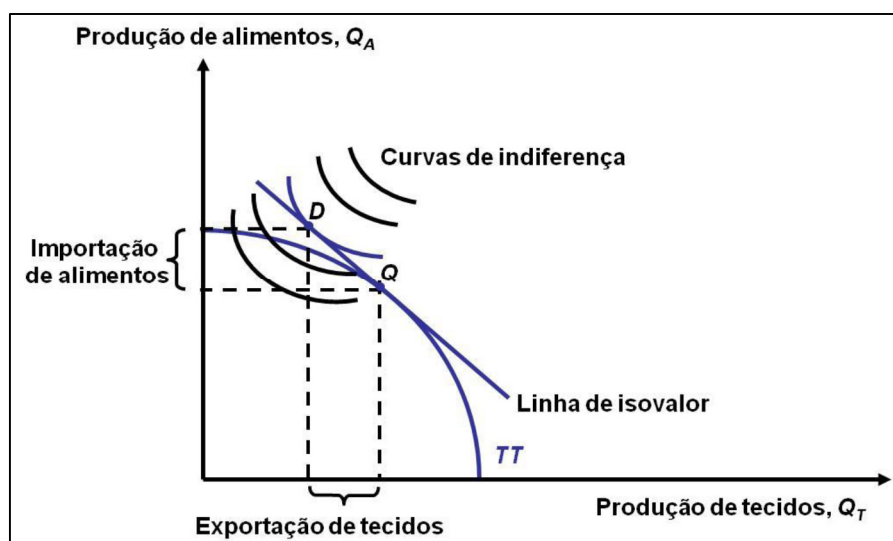
D_a : Representa a demanda por alimento

V : Valor da produção

As curvas de preferências de um indivíduo podem ser representadas graficamente por uma série de curvas de indiferenças que elabora uma coleção de combinações de consumo de tecido, T , e de alimentos, A , que mantêm cada indivíduo igualmente em boa situação. As curvas de indiferença possuem três prioridades, (Krugman, 2015).

1. Elas são inclinadas para baixo: se um indivíduo recebe oferta de menor que de A , então para que esteja igualmente em boa situação deve receber mais de T .
2. Quanto mais para cima e para direita uma curva de indiferença está, maior é o nível de bem-estar a que corresponde: um indivíduo preferirá mais de ambos os bens a menos.
3. Cada curva de indiferença fica mais retilínea conforme nos movemos para a direita.

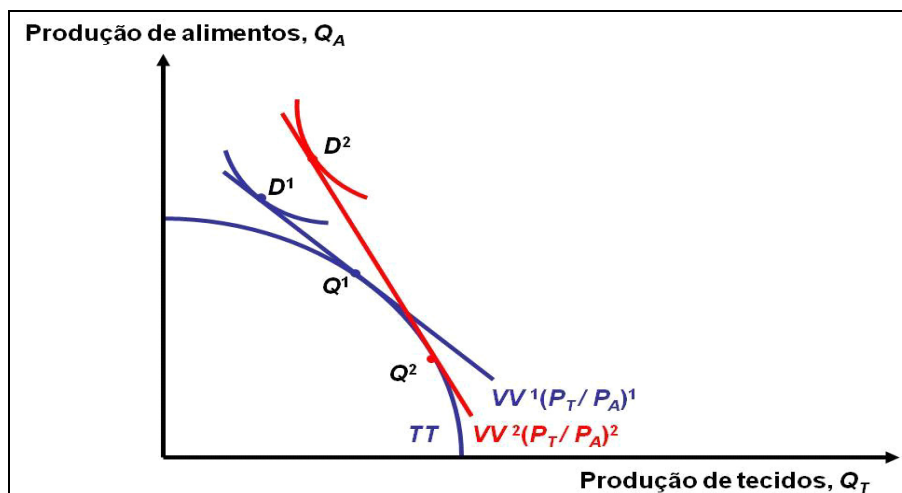
Figura 2 – Relação entre as exportações e a produção de Bens.



Fonte: KRUGMAN (2015).

A figura 2 demonstra um conjunto de curvas de indiferença para economia que tem essas três prioridades. A economia optará consumir no ponto sobre a linha de isovalor que permite o mais alto bem-estar. Esse ponto está onde a linha de isovalor é tangente à curva de indiferença mais alta atingível, em D .

Figura 3 – Efeitos de um aumento no preço relativo de tecidos



Fonte: Krugman (2015).

Quando P_T/P_A aumenta, como mostra na figura 3 os efeitos são os seguintes: A economia produz mais T e menos A, deslocando a produção de Q^1 para Q^2 . Isso desloca a linha de isovalor, sobre a qual o consumo deve estar VV^1 para VV^2 . A opção de consumo da economia também se desloca, de D^1 para D^2 . O movimento de D^1 para D^2 reflete dois efeitos do aumento do P_T/P_A .

Como se pode observar a economia está em melhor situação, isto se deve ao fato de a economia se movimentar para uma curva de indiferença mais alta. O motivo é que essa economia é exportadora de tecidos. No momento em que o preço relativo de tecidos aumenta, a economia pode importar mais alimentos para qualquer volume dado de exportação. Contudo, o preço relativo mais alto de seu bem de exportação representa uma vantagem. A mudança nos preços relativos leva a um deslocamento ao longo da curva de indiferença, em direção a alimentos e distanciando-se de tecidos.

Segundo Krugman (2015), esses dois efeitos relembram à teoria econômica básica. A melhoria do bem estar é um efeito-renda; o deslocamento do consumo para qualquer nível dado de bem-estar é um efeito-substituição. Isso significa que quando há um aumento na renda das pessoas haverá um crescimento no consumo pelas famílias, e as pessoas poderão melhorar o seu nível de vida. Porém, o efeito substituição age como num *Trade-off*, fazendo com que a economia consuma menos T e mais A.

2.7 ECONOMIAS DE ESCALAS, CONCORRÊNCIA IMPERFEITA E COMÉRCIO INTERNACIONAL.

O conceito de economia de escala está relacionado com diluição dos custos de produção e com o aumento da quantidade de bens produzidos numa indústria.

[...] algumas indústrias caracterizam-se por economias de escala (também chamadas de retornos crescentes), de modo que uma dada indústria é tão mais eficiente quanto maior a escala na qual ela ocorre. Onde há economias de escala, dobrar os insumos em uma dada indústria mais do que dobrará a sua produção” (KRUGMAN, 2015 p 90).

Segundo Krugman (2015), o conceito de economia de escala refere-se como rendimentos crescentes, investimentos e a máxima utilização dos fatores de produção. Isto significa que uma indústria ou uma nação poderá especializar-se em diferentes tipos de setores, de modo que a produção seja mais eficiente quando maior for a escala na qual ela ocorre. Ademais, a economia de escala remete ao modelo de vantagem comparativa, em que este baseava-se na hipótese de rendimentos constantes de escala.

Para Salvatore (2000), os retornos crescentes à escala podem ocorrer porque, a uma escalada mais elevada de operações, maior divisão do trabalho e especialização torna-se possíveis. Produzir em escala faz com que os preços dos bens produzidos sejam menores, isso se deve pela divisão de produção com o total de insumo trabalho como demonstrado no exemplo abaixo:

Tabela 2 – Relação entre os insumos e a produção de uma indústria hipotética

Produção	Total do insumo trabalho	Média do insumo trabalho
5	10	2,00
10	15	1,50
15	20	1,33
20	25	1,25
25	30	1,20
30	35	1,16

Fonte: KRUGMAN (2015)

Esse modelo explica por que as economias de escala geram um incentivo ao comércio internacional. Suponha duas nações, Estados Unidos e Inglaterra, ambos com os mesmos recursos para produzir ferramentas, inicialmente cada território fabrique 10 ferramentas. Segundo a tabela 2, isso requer 15 horas de trabalho em cada país, de maneira que 30 horas de trabalho produzam 20 ferramentas. Contudo, a produção mundial de ferramentas esteja concentrada em uma nação, por exemplo, nos Estados Unidos e esse país empregue 30 horas de trabalho na indústria de ferramentas, em um único país, essas 30 horas de trabalho pode produzir 25 ferramentas. Então, concentrando a fabricação de ferramentas nos Estados Unidos, a economia mundial pode utilizar a mesma quantidade de trabalho para produzir 25% mais ferramentas.

Segundo Krugman (2015), os efeitos das economias de escala sobre a estrutura de mercado devem ter claro que tipo de aumento de fabricação é necessário para reduzir o custo médio. As economias de escala externas ocorrem quando a indústria expande a sua produção para além da sua fronteira de origem, e o custo por unidade tende a diminuir. Enquanto as economias de escala internas ocorrem quando há um aumento em sua produção para reduzir os custos por unidade, no entanto, isso depende também do tamanho de uma firma individual, não necessariamente de toda a indústria.

O termo concorrência imperfeita é um tipo de estrutura de mercado no qual uma organização está inserida. É caracterizada pela grande possibilidade de os vendedores influenciarem a procura e os preços por meios de diferenciação de produtos, propaganda, maior valor agregado dentro outras. “Na concorrência imperfeita, então, as firmas estão conscientes de que podem influenciar os preços de seus produtos e que podem vender mais somente por meio da redução de preços” (KRUGMAN, 2001 p128).

A estrutura de concorrência imperfeita é subdividida em: Concorrência Monopolista, Oligopólio e Monopólio. A concorrência monopolística, neste mercado, existem muitos vendedores e compradores, cada empresa elabora um produto diferenciado e existe a liberdade de entrada e de saída de empresas no mercado. O oligopólio têm características de ter um produto homogêneo e diferenciado. Neste mercado há pouca presença de produtores, existem barreiras que dificultam a entrada de novos competidores e devido ao pequeno número de empresas

participantes, existe uma mútua interdependência na tomada de decisões por cada empresa, com respeito a mudanças no preço e nas quantidades. Essa mútua interdependência na tomada de decisões faz com que se torne mais difícil criar um modelo que explique o comportamento geral do oligopólio. O monopólio é caracterizado por ter uma única empresa atuando no mercado, não possuindo substitutos perfeitos para o bem elaborado pela firma.

[...] Os lucros do monopólio são raramente incontestáveis. Uma firma com lucros elevados normalmente atrai concorrentes. Assim, situações de monopólio puro raramente são raras na prática. Ao contrário, a estrutura usual de mercado em indústrias caracterizadas por economias de escala internas é de oligopólio: diversas firmas, cada uma delas grande o suficiente para afetar os preços, mas nenhuma com monopólio incontestável (KRUGMAN, 2015 p 131)

O oligopólio é uma estrutura de mercado de concorrência imperfeita, em que poucos produtores estão disponibilizando mercadorias em um dado nicho de mercado. As mercadorias produzidas por empresas oligopolistas são praticamente homogêneas, a diferença entre uma empresa da outra é algum outro serviço diferenciado ou pequena diferença de produto. Estas pequenas diferenças entre as indústrias sugerem uma maneira de ganhar mercado.

O oligopólio é entendido como “A análise geral de oligopólio é uma questão complexa e controversa, porque nos oligopólios as políticas de preços das firmas são interdependentes. Cada empresa de um oligopólio, ao determinar seu preço, considerará não apenas as respostas dos consumidores, mas também as respostas esperadas dos concorrentes” (KRUGMAN, 2015, p. 131).

Para Salvatore (2000), existem dois tipos de comércio internacional, o comércio interindústria que o faz determinar as vantagens comparativas e o comércio intra-indústria, que destaca as economias em escala, ou seja, os produtos diferenciados que dão origem ao comércio intra-indústria. Quanto mais diferentes as dotações de fatores, mais importantes tornam-se as vantagens comparativas e o comércio interindústria. Por outro lado, o comércio intra-indústria deverá predominar quanto mais semelhantes foram às dotações de fatores. Já na visão de Krugman (2015), o comércio internacional possibilita que cada nação fabrique uma variedade restrita de bens e que se obtenha vantagem das economias de escala sem sacrificar a variedade no consumo. O comércio internacional é relevante para as economias

dos países, já que esse propicia a troca de divisas e mercadorias. O comércio exterior é oportuno para aqueles países que têm alguma mercadoria para oferecer ao mercado externo.

A parceria comercial entre nações é importante no quesito político e de investimento. Uma nação desenvolvida, que mantém relações comerciais com outros países, revela-se aberta ao mercado externo. A tendência é que esse país em desenvolvimento faça comércio com outros territórios, ofertando a sua vantagem comparativa. Na questão de investimento, um país rico pode aplicar seus recursos na infraestrutura do país em desenvolvimento, fazendo com que está cresça e possa desenvolver mais a sua economia.

2.8 MOVIMENTOS INTERNACIONAIS DE FATORES

O comércio internacional trata da troca de bens e serviços. Os movimentos internacionais de fatores têm por objetivo analisar a migração internacional da mão de obra, o deslocamento de capital, por meio de empréstimos internacionais e a formação de das corporações multinacionais.

Krugman (2015) dividiu os movimentos internacionais de fatores em três partes. A primeira parte, trata-se de um modelo de mobilidade internacional do trabalho. A segunda parte refere-se a uma análise dos empréstimos internacionais, na qual, no decorrer do tempo pode ser interpretado como comércio. Na terceira parte, é feita uma abordagem as corporações multinacionais.

Na mobilidade internacional do trabalho, existem restrições, pois os países aplicam barreiras à imigração de mão de obra. Nações que sofrem em razão de guerras, conflitos e regimes ditatoriais, provocam a fuga de seus residentes que buscam refúgios em países estáveis para conquistar uma oportunidade de trabalho. Porém, a maioria dos países desenvolvidos restringe a entrada dessas pessoas, em razão de não ter condições de absorver essa massa trabalhadora. Contudo, essa restrição remete-se a uma maneira de intervencionismo por partes dos governos, ou seja, uma barreira imposta a mão de obra estrangeira por meio de proteger o cidadão do país local.

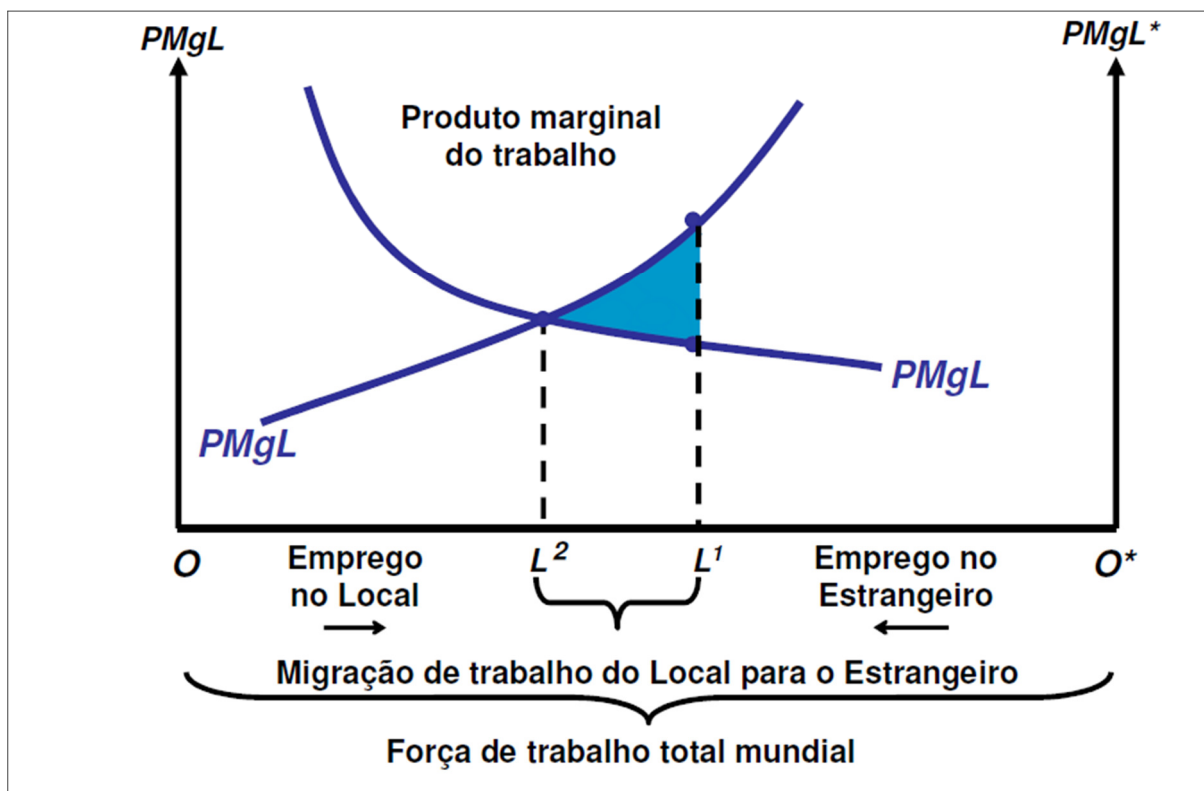
Krugman (2015), salientou a capacidade dos trabalhadores de se movimentar entre dois países. Trabalhadores sairão do país local para o estrangeiro.

Essa movimentação reduzirá a oferta de mão de obra do país local e, consecutivamente, elevará o salário real, enquanto aumentará a força de trabalho e reduzirá o salário real no estrangeiro. Se não houver obstáculos ao movimento do trabalho, esse processo continuará até que o produto marginal do trabalho seja o mesmo nos dois países.

A figura 4 demonstra as causas e os efeitos da mobilidade internacional do trabalho. O eixo horizontal representa a força de trabalho total mundial. Os trabalhadores empregados no país local são medidos a partir da esquerda e os trabalhadores empregados no estrangeiro são medidos a partir da direita. No eixo vertical é mostrado o produto marginal do trabalho em cada país. Inicialmente assumimos que existem OL^1 trabalhadores no país local, e L^1O^* trabalhadores no estrangeiro. Dada essa alocação, o salário real seria menor no país local (ponto C) que no estrangeiro (ponto B). Se os trabalhadores podem mover-se livremente para qualquer país que ofereça o maior salário, eles sairão do país local para o estrangeiro, até que os salários reais sejam igualados. A distribuição final da força de trabalho mundial terá OL^2 trabalhadores no país local e L^2O^* trabalhadores no estrangeiro (ponto A).

Krugman (2015) levanta três pontos que devem ser notados sobre essa redistribuição da força de trabalho mundial. O primeiro leva a uma convergência dos salários reais. O segundo aumenta a produção mundial como um todo. O terceiro ponto revela a despeito desse ganho, como algumas pessoas são prejudicadas pela mudança. Aquelas que teriam originalmente trabalhado no país local receberiam salários mais elevados, mas aquelas que originalmente teriam trabalhado no estrangeiro receberiam salários reais mais baixos.

Figura 4 – Causas e efeitos da mobilidade internacional do trabalho



Fonte: Krugman (2015).

A figura 4 possui a seguinte dinâmica: OL^1 trabalhadores estão empregados no país local, enquanto L^1O^* trabalhadores estão empregados no estrangeiro. O trabalho migra do país local para o estrangeiro até que OL^2 trabalhadores estejam empregados no país local, L^2O^* , no estrangeiro e os salários seja igualados.

Os empréstimos e créditos internacionais, salienta Krugman (2015), são denominados como transações financeiras. Essa modalidade de comércio, tem por finalidade o fluxo de valores monetários de um banco estrangeiro para uma outra nação, que muitas vezes encontra-se em outro continente. É possível citar como exemplo um banco norte americano que empresta dinheiro a uma empresa brasileira, ou residentes americanos que compram ações de empresas no Brasil, ou uma empresa dos Estados Unidos investe de sua filial no Brasil. Contudo, com estes movimentos financeiros, os americanos garantem o direito dos brasileiros em gastarem mais do que ganham hoje em troca da promessa de pagamento futuro.

O fluxo financeiro é denominado como um modelo de comércio internacional. O comércio não é de um bem por outra mercadoria em um momento determinado, mas de bens hoje por bens no futuro. Essa modalidade de comércio é

chamada de comércio intertemporal, que tem por dilema o consumo atual e o futuro. Krugman (2015) destaca que as economias normalmente não consomem toda a sua produção corrente, pois parte de sua produção toma a forma de investimento em máquinas, edificações e outras formas de capital produtivo. Quanto mais investimentos uma economia faz, mais ela estará preparada para produzir e consumir no futuro. Para investir mais, uma economia deve liberar recursos consumindo menos. Portanto, existe um dilema entre o consumo corrente e consumo futuro.

Analisando o mercado de empréstimos, como menciona Krugman (2015), um indivíduo ou país está apto quando recebe um empréstimo a consumir no presente momento, mas irá abrir mão de consumir no futuro. A redução de consumo no futuro irá diminuir para esse indivíduo ou nação porque terão que devolver o dinheiro que foi emprestado acrescido de juros. Ademais, o preço do consumo futuro em termos do consumo presente tem algo a ver com a taxa de juros. Especificamente, a quantidade do pagamento futuro será $(1 + r)$ vezes a quantidade emprestada no presente. Então r é a taxa de juros real do empréstimo. Também torna-se claro que, uma vez que uma unidade de consumo no presente é trocada por $(1 + r)$ unidades no futuro, o preço relativo do consumo futuro é $1/(1 + r)$.

Outra maneira de investimento estrangeiro direto se dá através das multinacionais. As multinacionais são de extrema relevância, pois com filiais dentro de um país, há geração de emprego e renda. Krugman (2015) evidencia investimento estrangeiro direto os fluxos internacionais de capital pelos quais uma empresa em um país cria ou expande uma filial em outro.

A principal característica distintiva do investimento estrangeiro direto é que ele não só envolve só uma transferência dos recursos, mas também a aquisição do controle. A filial não tem apenas a obrigação financeira com a empresa matriz, ela faz parte da mesma estrutura organizacional. Contudo, as multinacionais funcionam quase da mesma maneira que os empréstimos estrangeiros, só que as multinacionais não enviam valor monetário a um país, no entanto, fornecem financiamento as suas filiais estrangeiras, tornando o investimento direto estrangeiro uma maneira alternativa de atingir os mesmos objetivos dos empréstimos internacionais.

Krugman (2015) faz uma análise da teoria do empreendimento multinacional, revelando como as multinacionais modernas traçam estratégias para poder produzir em um determinado país. Conclui-se que as companhias analisam dois aspectos: o fator localização e a questão da internalização. A localização é de suma importância pois rediz os custos de produção. Isso porque as multinacionais analisam onde têm em abundância os insumos necessários para produzir determinado bem. Já a hipótese da internalização enfatiza as vantagens para a transferência de tecnologia e para a integração vertical.

A tecnologia é amplamente definida como qualquer tipo de conhecimento economicamente útil, podendo ser vendida ou licenciada. A integração vertical analisa o choque entre uma empresa grande fornecedora de insumos para uma empresa pequena que as compra. O problema disso é que elas têm posição de monopólio, podendo entrar em conflito se a empresa menor tentar manter o preço baixo, enquanto a empresa maior tentar elevá-lo. Pode também ocorrer problemas de coordenação se a demanda ou a oferta for incerta.

3 POLÍTICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

As teorias de comércio exterior explicam, em termos econômicos, quais são as razões para o surgimento do comércio internacional e como os países podem se beneficiar com ele. Seguindo Arienti, Vasconcelos e Arienti (2017), a exploração das vantagens comparativas, a abundância relativa de fatores ou insumos e as economias de escala ou economias externas são motivações fundamentais para gerar e possibilitar comércio entre os países.

As teorias clássicas incentivavam as nações a comercializar livremente, pois este método maximiza a produção mundial e beneficia todas as nações. Seguindo Salvatore (2000), praticamente todas as nações impõem algumas restrições ao livre fluxo do comércio internacional. Como essas restrições e regulamentações tratam do comércio da nação, são geralmente conhecidas como políticas comerciais. Os beneficiários destas barreiras comerciais são grupos pequenos de comerciantes que o governo acredita que deva ser protegido pelo estado. Sendo assim, o mercado externo não adentra a um mercado nacional e concorram com estes determinados segmentos.

Krugman (2015), menciona outro argumento para o livre comércio é que, ao incentivar as empresas a procurar caminhos para exportar ou concorrer com importações, o livre comércio oferece mais oportunidades para a aprendizagem e as inovações do que um sistema de comércio gerenciado, no qual o governo dita em grande medida o padrão das importações e exportações.

Os governos comercializam as suas vantagens comparativas entre si. Algumas nações cobram tarifas para exportação e importação. A cobrança de imposto na exportação é usada por poucas nações, em razão de ser pouco atrativo para a nação destinatária. O imposto habitual de cobrança pelos governos é o de importação. Este é fundamental para as receitas de diversos países. Essas tarifas cobradas dependem de produto para produto. Algumas mercadorias incidem mais imposto do que outros.

Tarifa pode ser classificada em dois segmentos: ela pode ser específica que são “fixas e cobradas por unidades do bem importado”. Tarifas ad valorem que “são impostos cobrados como uma fração do valor dos bens importados” (KRUGMAN, 2015, p 193). No entanto, existe o modelo de tarifa composta. Este modelo é a união

entre as tarifas ad valorem e específicas. No momento em que um país quer proteger uma indústria do mercado estrangeiro, ela adota este modelo de cobrança.

Á partir do ano de 2016, com eleições em grandes países do globo, houve uma abrangência de políticas mais protecionistas, em especial as economias desenvolvidas. Estas são adotadas para proteger alguns setores da economia de importância para o governo, essa proteção se deve para blindar algumas indústrias com possíveis concorrentes estrangeiros.

[...] A importância das tarifas diminuiu nos últimos tempos, porque os governos modernos normalmente preferem proteger as indústrias domésticas por meio de várias barreiras não tarifárias, tais como cotas de importação (limitação sobre a quantidade importada) e restrições de exportação (limitações sobre a quantidade exportada-geralmente impostas pelo país exportador a pedido do país importador (KRUGMAN, 2015).

Em relação às cotas, é outro meio de intervenção dos governos para restringir à quantidade de um bem. É outra maneira de proteger as empresas locais do produto estrangeiro.

[...]uma cota de importação é uma restrição direta à quantidade de algum bem que pode ser importada. A restrição é normalmente executada por meio da emissão de licenças a alguns grupos de indivíduos ou empresa. A diferença entre uma cota e uma tarifa é que, com uma cota, o governo não recebe receita. Quanto a cota, em vez de uma tarifa, é utilizada para restringir as importações, a soma de dinheiro que seria considerada receita do governo com a tarifa é arrecadado por quem que receba as licenças de importação” (KRUGMAN, 2015, p 207).

Por fim, a relação entre barreiras comerciais e a prática do livre mercado gera muitas divergências em diversas economias e setores produtivos.

3.1 OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA COMERCIAL

Salvatore (2000) e Krugman (2015) seguem a mesma linha de pensamento ao se referirem sobre políticas comerciais. Para os autores, praticamente todas as nações impõem algumas restrições ao fluxo do comércio internacional. Com essas medidas e regulamentações tratam do comércio da nação, são geralmente conhecidas como políticas comerciais. Embora as restrições comerciais sejam invariavelmente racionalizadas em termos de bem-estar nacional, elas na verdade são normalmente defendidas por grupos particulares da nação que se beneficiam de tais restrições.

Com os estudos das teorias clássicas, modelo Ricardiano e de Heckscher-Olin, percebeu-se que os países tendem a ganhar com o comércio internacional. A abertura comercial é um elemento estratégico para os países promoverem o crescimento econômico. As grandes nações modernas obtiveram um crescimento exponencial a partir do momento em que reduziram as suas barreiras comerciais. Nota-se essa teoria, analisando o comportamento econômico da China após Mao-Tse Tung⁸. O país abriu as suas fronteiras para investimento externo e com isso gerou crescimento e desenvolvimento econômica para esta nação.

Na visão de Carvalho e Silva (2007) o objetivo de uma tarifa é proteger o produtor doméstico da concorrência internacional. Uma de suas consequências é o aumento do preço do produto protegido no mercado do país importador. Esse meio de taxação torna uma nação pouco atrativa para se relacionar comercialmente com outras nações. Adotar medidas protecionistas ao livre comércio não é benéfico para um país, isso porque gera uma ameaça aos investimentos, por aumentar os custos e restringir os ganhos de escala, além de reduzir a concorrência e tornar os preços dos produtos mais caros e os bens e serviços de menor qualidade.

Segundo Salvatore (2000), as tarifas recebem nomenclaturas, são tarifas específicas, composta e as tarifas *ad valorem*. As tarifas específicas são expressas como quantia fixa por unidade comerciada. As tarifas *ad valorem* é expressa como uma percentagem fixa do valor de uma unidade comercializada. Por fim, a tarifa composta é uma combinação de uma tarifa *ad valorem* e uma tarifa específica.

Contudo, a importância das tarifas está se tornando irrelevantes e vem diminuindo nos últimos anos. Esse cenário devido os países modernos estão protegendo as indústrias domésticas por meio de várias barreiras não tarifárias, tais como as cotas de importação, que tem por objetivo limitar a quantidade importada de um bem, e restrições de exportação, que tem por objetivos a limitações sobre a quantidade exportada – que geralmente imposta pelo país exportador a pedido do país importador.

Em relação aos efeitos de uma tarifa, Krugman (2015) salienta que, do ponto de vista dos que comercializam bens, tarifa é exatamente igual a um custo de transporte. Porém, este custo irá impactar diretamente nas receitas dos exportadores, porque ao tentar enviar seus produtos para o país estrangeiro irá ter

⁸ Ex-presidente chinês e fundador República popular da China.

um imposto a ser pago, o que acaba inviabilizando o comércio e no país local reduz a oferta de mercadorias.

Seguindo Krugman (2015), as tarifas de importação elevadas, em especial quando aplicadas em proteção de novos investimentos, distorcem os incentivos de mercado à competição. A perda de eficiência, nesses casos, está relacionada à formação de cartel pelas grandes empresas, nacionais e internacionais, que possuem poder econômico e conseguem pressionar os governos para construir barreiras protecionais, de forma a estabelecer proteção contra os competidores estrangeiros.

Outro conceito a ser mencionado, conforme menciona Krugman (2015), é o investimento em junção de tarifas, que tem por objetivo se inserir em um determinado mercado fechado com investimentos altos e com isso ultrapassa as barreiras tarifárias ou cota de importação. Normalmente essa formulação se dá a países que destina sua produção somente para o mercado interno e com isso tende a perpetuar essa proteção contra a importações, de forma a garantir a estabilidade do mercado interno e o mark-up do investimento. Entretanto, este tipo de investimento traz retornos menores para a sociedade. Em razão disso, deixa-se de ter mais desenvolvimento tecnológico, investimentos em pesquisas e as vagas de emprego não são de qualidade.

Por fim, comparando esse modelo de investimento com países que deixam fluir o mercado e possui uma visão do mercado nacional e internacional, os níveis de crescimento econômico e tecnológico são maiores. Isso porque entre as nações haverá competitividade, as empresas irão investir em treinamento, pesquisa e inovação tecnológica para poder conquistar o número maior de mercado. E com isso, a nação poderá usufruir de melhores condições sociais.

3.2 A ECONOMIA POLÍTICA DA POLÍTICA COMERCIAL

A teoria clássica menciona o papel dos governos, e uma das premissas é que este deve interferir pouco no âmbito comercial, deixar a econômica fluir sozinha. Conforme Krugman (2015), alguns países estão determinados a adotar políticas que geram mais custos do que benefícios. Para maior compreensão das políticas de comércio, este capítulo será dividido em dois tópicos: o primeiro são os motivos que

levam os governos a não interferir no comércio, ou seja, as justificativas para o livre comércio. O segundo é a defesa, os argumentos da intervenção dos governos na economia.

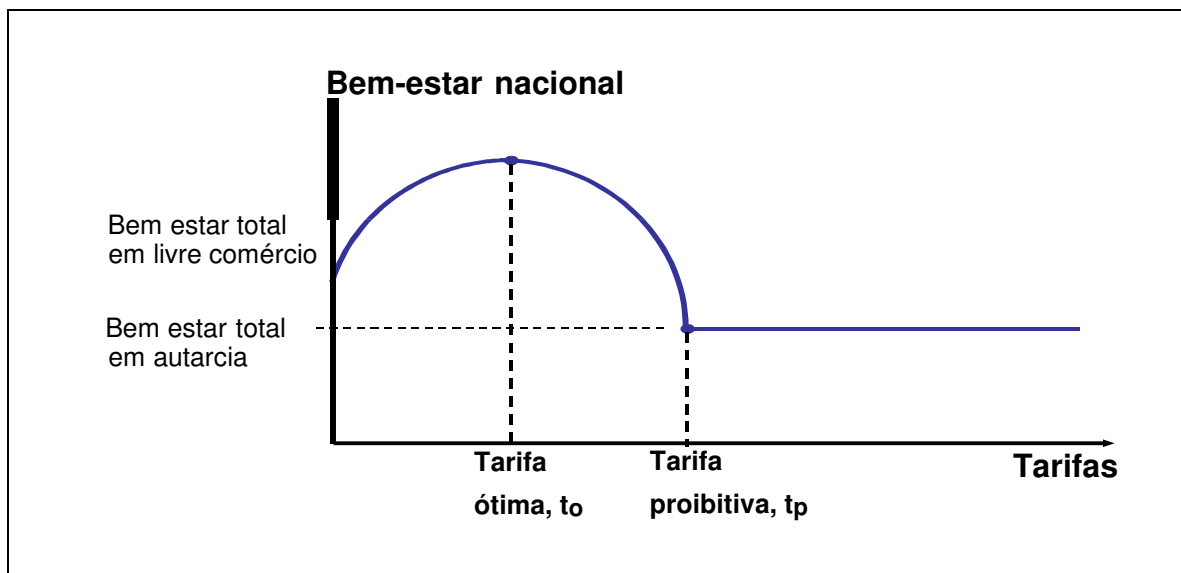
Os modelos teóricos nos mostram que o livre comércio evita perdas de eficiência associadas à proteção. Diversos economistas acreditam que o livre comércio traz ganhos que vão além da eliminação das distorções de produção e consumo. Ademais, muitos economistas creem que o livre-mercado não seja uma política tão perfeita, mas acreditam que essa política econômica é melhor do que o intervencionismo ou outra política que os governos venham a adotar.

Krugman (2015) salienta os ganhos adicionais do livre comércio e um modo de ganho adicional que envolve as economias de escala. Isso porque os países protegidos não apenas fragmentam a produção internacionalmente, mas reduzindo a concorrência e aumentando os lucros, também levam muitas empresas a entrar na indústria protegida. Com o aumento de empresas em países intervencionistas, a escala de produção se torna ineficiente. Contudo, outro argumento para o livre comércio é o incentivo para que as companhias procurem caminhos para exportar ou concorrer com importações. O livre comércio oferece mais oportunidades para aperfeiçoar mercadorias e as inovações para produzir bens com menor custo de produção, evitando que o governo imponham medidas ao padrão de importação e exportação.

Existem inúmeros argumentos para que um governo torne o bem estar social uma realidade. Um desses fundamentos é que o livre comércio não promove as políticas de interesses de uma determinada nação. Portanto, empresas formam *lobbies* ou grupos de pressões para forçar o governo a criar barreiras ao comércio. As companhias se articulam para pressionar o governo e atuar de acordo com os interesses dos empresários. A intenção dessa pressão é que haja o menor número de indústrias em um setor e quanto mais concentradas em termos geográficos forem suas plantas produtivas, tanto mais expressiva será a sua capacidade de resistir a processos de abertura comercial. A intensão de criar barreiras comerciais envolve também à proteção dos fatores de produção. Ao passo que onde existe escassez desses fatores há uma tendência de um governo apoiar a adoção de barreiras, enquanto que nações que possuem fatores de produção em abundância repudiam essa política comercial.

Seguindo a argumentação de Krugman (2015), é possível que em alguns casos os benefícios dos termos de troca de uma tarifa superem seus custos, de modo que existe um argumento dos termos de troca para uma tarifa. A figura 4 demonstra no momento em que as alíquotas pequenas de tarifas, o bem-estar de uma nação grande é maior do que com o livre comércio. Conforme a tarifa aumenta, os custos começam a aumentar mais rapidamente que os benefícios e a curva que relaciona o bem-estar nacional à tarifa se dobra para baixo. Uma alíquota que proíbe completamente o comércio, de tarifa proibitiva, t_p na figura 5, deixa o país em situação pior do que com o livre comércio; outros aumentos na alíquota acima de t_p não têm efeito, de modo que a curva se torna horizontal.

Figura 5 – A tarifa ótima



Fonte: Krugman e Obstfeld (2001).

No pico mais alto, da tarifa ótima, conforme figura 5, correspondente à tarifa ótima (t_o), onde o bem-estar nacional é maximizado. A tarifa t_o que maximiza o bem-estar nacional é a tarifa ótima. A tarifa ótima é sempre positiva, mas menor que a tarifa proibitiva (t_p) que eliminaria todas as importações.

Para Salvatore (2000), tarifa ótima é um valor da tarifa que maximiza o benefício líquido resultante da melhora dos termos de troca da nação em contraposição ao efeito negativo resultante da redução do volume de comércio. Ou seja, iniciando da posição de livre comércio, à medida que a nação eleva o valor da sua tarifa, o seu bem-estar cresce até um limite máximo e depois se reduz, à medida

que o valor da tarifa aumenta para além do ótimo. Eventualmente a nação será levada de volta ao ponto de economia fechada, através de uma tarifa proibitiva.

3.3 POLÍTICA COMERCIAL NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Após a II Guerra Mundial⁹ muitos países em desenvolvimento foram influenciados para que tivessem crescimento econômico. Essas nações deveriam se industrializar, mesmo que as suas vantagens comparativas não fossem voltadas para o setor industrial. A melhor maneira, portanto, era por meio da proteção das indústrias domésticas da concorrência internacional. Esse capítulo abordará, primeiramente, a racionalidade desta estratégia de industrialização por substituição de importações. Em seguida, os problemas da economia dual. E, finalizando, será apresentada a interpretação do “Milagre do Leste Asiático”.

A industrialização pela substituição de importações tem por objetivo incentivar a indústria de um determinado país. Conforme Krugman (2015), para que as indústrias nascentes se tornem significativas no mercado externo, elas precisam temporariamente ser apoiadas por governos até que elas se desenvolvam e se consolidem no mercado, tornando-se altamente competitivas para suportar a concorrência externa. Acertadamente, utilizar de tarifas ou cotas de importação como medidas temporárias para viabilizar o início da industrialização é extremamente viável.

Contudo, Krugman (2015), salienta os problemas com o argumento da indústria nascente. Primeiro, nem sempre é conveniente tentar atuar hoje em indústrias que terão vantagens comparativas futuras. Segundo, a proteção às manufaturas não traz benefícios, a não ser que a proteção ajude a tornar a indústria competitiva,

Para Krugman (2015) o fato de uma planta produtiva ser onerosa, levar tempo para ser construída e desenvolvida, não se justifica intervenção do governo. Essa intervenção deverá ocorrer somente se houver falhas de mercado interno, que normalmente ocorrem quando os agentes econômicos formam uma alocação que não seja eficiente. Além disso, as proposições sofisticadas do argumento da indústria nascente têm identificado duas falhas de mercado como motivos para a

⁹ Maior conflito armado do século XX.

proteção da indústria nascente: mercados imperfeitos de capitais e o problema da apropriabilidade. Na linha que segue, nos mercados imperfeitos de capitais, argumenta-se que, se uma nação não possui instituições que permitam que as poupanças financiem setores tradicionais de uma, que sejam utilizadas para financiar o investimento em novos setores. O crescimento de novas fábricas será restringido pela habilidade de as empresas nessas indústrias receberem lucros correntes. Assim, os lucros iniciais baixos serão uma barreira ao investimento mesmo que os rendimentos de longo prazo sejam elevados. O argumento da apropriabilidade para a proteção da indústria nascente é a ideia de que a empresa da nova fábrica irá gerar benefícios sociais pelos quais elas não são compensadas.

Apesar de existir dúvidas sobre o método da indústria nascente, diversos países em desenvolvimento consideram esse modelo como uma razão convincente na promoção de apoio especial ao desenvolvimento das indústrias manufatureiras. Esse apoio pode ser incentivado de inúmeras maneiras. Como saliente Krugman, (2015), os países podem fornecer subsídios à produção de manufaturas em geral ou podem centrar seus esforços em subsídios à exportação de alguns bens manufaturados, nos quais acreditam que podem desenvolver uma vantagem comparativa. Em algumas nações em desenvolvimento, a estratégia inicial para a industrialização tem sido desenvolver fábricas designadas para atender o mercado doméstico, utilizando barreiras comerciais como tarifas e cotas que estimulam a substituição de manufaturas importadas por produtos nacionais.

Vale ressaltar que alguns defensores do método de substituição de importações acreditavam que a economia mundial estava consolidada e não aceitariam novas indústrias no mercado. Portanto, era necessário uma intervenção por parte do governo, para que essas empresas nascentes adquirissem experiência e desenvolvesse mercadorias manufaturadas com preços consideráveis para que lançar ao mercado mundial.

A política comercial de países menos desenvolvidos são diferentes e atrasadas, se comparada a países ricos. Ela também é uma resposta ao desenvolvimento desordenado dentro de um país. Regularmente, um setor industrial moderno, intensivo em capital e com salários elevados, existe no mesmo país onde o setor agrícola é muito pobre e tradicional. Essa divisão de uma única economia que tem dois setores que estão em níveis diferentes de desenvolvimento é

denominada de dualismo econômico, e uma economia com essa característica é considerada uma economia dual.

Para Krugman (2015), dualismo é um sinal de mercado funcionando de maneira pobre: em uma economia eficiente, a exemplo, os trabalhadores não receberiam salários muito diferentes em setores diferentes. Um segundo motivo para relacionar o dualismo com a política comercial é que a política comercial em si pode ter muitas ligações com o dualismo. Isso porque no momento de implantação da industrialização em um país, as políticas de substituição de importações têm realmente ajudado a criar a economia dual.

O milagre do leste asiático é especialmente voltado ao setor industrial e sua política de comércio está direcionada para as exportações. O Banco Mundial¹⁰ nomeou em EADAs¹¹ esses países asiáticos que demonstraram taxas exponenciais de crescimento econômico. Inicialmente quem compõe esse quadro de EADAs, definidas pelo Banco Mundial, é o Japão, que começou a se industrializar a partir da II Guerra Mundial e atualmente possui renda per capita comparável aos Estados Unidos e Europa Ocidental. Conforme Krugman (2015), na década de 60, um rápido crescimento econômico começou em quatro países asiáticos menores, e estes ficam conhecidos como tigres: Hong Kong, Taiwan, Coreia do Sul e Cingapura. Finalmente, ao final dos anos 70 e nos anos 80, o rápido crescimento começou na Malásia, Tailândia, Indonésia e, mais espetacularmente, na China.

Outra característica que os EADAs possuem, além dos altos níveis de crescimento econômico, é que elas são especialmente voltadas para o mercado internacional e isso tem prosseguido ao longo do tempo. O desenvolvimento econômico desses países asiáticos se deu porque o mercado foi liberado para que a economia fluísse. Cada mercado foi voltado para às exportações ao invés de criar barreiras para o funcionamento da economia.

3.4 TAXAS CAMBIAIS E MACROECONÔMICAS DAS ECONOMIAS ABERTAS

Para obter um cenário completo das ligações macroeconômicas entre as economias que praticam o comércio internacional, Krugman (2015) menciona que é

¹⁰ É uma instituição financeira que efetua empréstimos a países em desenvolvimento

¹¹ Nomeação dada pelo Banco Mundial, para países asiáticos que apresentam crescimento econômico elevado. Seu significado é: economias de alto desempenho da Ásia (EADAs)

necessário priorizar dois métodos relacionados e essenciais. Primeiro é a contabilidade nacional, que consiste no registro de todos os gastos que contribuem para a renda e produção de um país. O segundo é o balanço de pagamento, que é o registro contábil de todas as transações feitas por um país com o restante do mundo em um determinado período.

O produto nacional bruto (PNB) é o ponto central de uma análise econômica. O PNB, medida básica da produção de um país, é calculada pela soma do valor de mercado de todos os gastos em produção final. Para poder diferenciá-lo, é dividido entre quatro usos possíveis, por meio dos quais a produção do país é comprada: consumo, investimento, gastos do governo e a conta corrente.

Krugman (2015) discorre que o termo das contas da renda nacional, mais que contas da produção nacional, são usadas para descrever uma classificação baseada em quatro componentes, porque a renda de um país é de fato igual a sua produção. Assim, a contabilidade da renda nacional classifica cada transação que contribui para a renda nacional de acordo com o tipo de gasto que aumenta essa renda nacional.

A grande maioria das nações usam o PIB (Produto Interno Bruto)¹² para medir o seu nível de riqueza, ou seja, o andamento do crescimento da economia. Entretanto, outros países optam por usar o PNB como medida da atividade econômica. O PNB é igual ao PIB mais as receitas líquidas da renda dos fatores recebidos do resto do mundo. Essas receitas líquidas são a renda que os residentes domésticos recebem sobre a riqueza que mantêm em outros países, menos os pagamentos que os residentes domésticos fazem para os proprietários estrangeiros da riqueza localizada no país. Krugman (2015) salienta que o PNB possui mais importância do que o PIB, para média de resultados obtidos para medição de riqueza de uma nação. Isso porque o PNB registra a renda nacional melhor do que o PIB, e o bem-estar nacional depende mais diretamente da renda nacional do que do produto interno.

O funcionamento da contabilidade da renda nacional em uma economia aberta se diverge da economia fechada. Essa discrepância acontece, conforme menciona Krugman (2015), em razão dos residentes de uma economia fechada não poderem comprar produtos estrangeiros ou vender suas mercadorias aos

¹² Representa a soma de todas os bens e serviços finais produzidos em uma determinada nação.

estrangeiros. Toda a renda nacional deve ser gerada pelo consumo doméstico, investimento ou gastos do governo. Já em uma economia aberta ao mercado internacional, alguns produtos são exportados para estrangeiros enquanto parte da renda doméstica é gasta na importação de produtos estrangeiros.

As economias abertas e fechadas possuem uma identidade da renda nacional. Em uma economia fechada, todo bem final ou serviço que não é comprado pelas famílias ou pelo governo deve ser usado pelas firmas para produzir uma nova fábrica, equipamento e estoques. Se os bens de consumo não são imediatamente vendidos aos consumidores ou ao governo, as firmas os adicionam aos estoques existentes, aumentando portanto o investimento. Esta informação leva a uma identidade fundamental para economias fechadas. Considere Y o PNB, C o consumo, I o investimento e o G os gastos do governo. Um vez que toda a produção de uma economia fechada deve ser consumida, investida ou comprada pelo governo, a identidade é descrita:

$$Y=C+I+G \quad (3.1)$$

Sendo assim, a identidade da renda nacional para uma economia fechada assumindo toda a produção era consumida ou investida pelos cidadãos do país ou comprada por seu governo.

Para Krugman (2015) a identidade do PNB para economias abertas mostra como a renda nacional que um país ganha com a venda de seus bens e serviços são divididos entre vendas aos residentes domésticos e vendas aos residentes estrangeiros. Uma vez que os residentes de uma economia aberta podem gastar uma parte de sua renda em produtos importados, isto é, bens e serviços comprados do exterior, apenas a parcela do gasto que não é destinada às importações é parte do PNB doméstico.

O valor das importações, indicando como IM , deve ser subtraído do gasto doméstico total, $C + i + G$, para encontrar a parte do gasto doméstico que gera a renda nacional interna. As importações do estrangeiro são adicionadas ao PNB dos países estrangeiros, mas não adicionados diretamente ao PNB. Portanto, a renda nacional de uma economia aberta é, portanto, a soma dos gastos domésticos e

estrangeiros em bens e serviços produzidos pelos fatores de produção domésticos. Assim, a identidade da renda nacional de uma economia aberta é:

$$Y = C + I + G + EX - IM \quad (3.2)$$

Y = Resultado do PIB

C = Consumo das famílias

I = Investimento privado

G = Gastos do governo

EX = Exportações

IM = Importações

Sendo assim, esta fórmula é uma maneira de retratar o PIB de uma nação. Com estas variáveis mensuram-se como os agentes econômicos de uma sociedade impactam no crescimento de uma economia.

4 A RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE A ECONOMIA BRASILEIRA CHINESA NO PERÍODO 2000-2018.

Nesta seção será apresentada uma breve análise histórica do Brasil e da China. Após, será investigado a corrente de comércio entre os países. Será feito um estudo sobre os índices de vantagens comparativas reveladas e os índices de especialização e exportação.

4.1 UMA ABORDAGEM DA ECONOMIA BRASILEIRA

Em 1993, o Brasil elegeu Fernando Henrique Cardoso¹³. Neste período o Brasil necessitava de novas mudanças, pois o país apresentava baixos níveis de crescimento e desenvolvimento econômico, instabilidade econômica e taxas de inflação elevadas. No entanto, naquele momento, o novo governo lançou o Plano Real, o qual se fundamentou nos seguintes princípios: estabilizar e modernizar a economia. Para que se tivesse êxito nestas propostas foi adotado um rigoroso controle da oferta de moeda e das taxas de juros; foi estimulada a desindexação dos preços e foi utilizada a taxa de câmbio como âncora para estabilizar os preços e regular o ritmo da modernização. Conforme menciona Mariano (2012), uma das conquistas do plano foi da estabilidade econômica. Para questões macroeconômicas o plano possibilitou o estancamento do processo inflacionário e isso permitiu com que as indústrias realizassem planejamento econômico e estabelecessem objetivos; os trabalhadores não sofrem mais com redução no seu salário real, isso porque a inflação está controlada e os preços estão estabilizados.

Em 2003, tomava posse o novo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva¹⁴. O novo governante da nação vinha com uma proposta divergente ao modelo neoliberal que predominava os governos anteriores. No período em que Lula governou o país foi um momento em que o mundo vivia uma euforia econômica e consecutivamente o Brasil seguiu o ritmo. O país cresceu, gerando empregos, desenvolvimento econômico, ampliação de benefícios sociais e estatização de empresas privadas.

¹³ 34^a Presidente do Brasil. Governou o Brasil em dois mandatos, 1994 – 1998 à 1998 – 2002.

¹⁴ 35^o Presidente do Brasil. Governou o país em dois mandatos, no período de 2003 – 2006 e 2006 a 2010.

Na crise econômica mundial de 2008, o Brasil sentiu o impacto financeiro internacional e com isso adotou medidas macroeconômicas para que a economia brasileira não entrasse em colapso. Seguindo Mariano (2012), os bancos estatais ampliaram as linhas de crédito para o setor público e privado, de modo com que o consumo não se retraísse. Na área fiscal o governo realizou intervenções em diversos setores. Foi promovida a desoneração fiscal com redução de IPI na produção de automóveis, caminhões, eletrodomésticos e materiais de construção. Já no comércio exterior ocorreram reduções de tributos na importação de bens de capital e equipamentos de informática. Na esfera dos gastos públicos o governo ampliou os investimentos e os repasses para os municípios. E por fim, na área cambial, foram promovidas ações de vendas de divisas.

Em 2011, tomava posse Dilma Vana Rousseff¹⁵, a primeira mulher a governar a nação. Na visão de Lacerda et al (2018), Dilma foi eleita com o objetivo de dar continuidade as políticas econômicas e sociais do governo Lula, seguindo o processo de crescimento econômico do Brasil. Porém, alguns projetos executados pela presidente não tiveram êxito, ocasionado baixos índices de crescimento econômico, desemprego em massa, taxas de dois dígitos na inflação e disparada no valor do dólar. Em 2016, Dilma Rouseff foi impedida, pela câmara dos deputados, de dar continuidade no seu governo sob o argumento que a presidente cometeu crimes de responsabilidade fiscal.

Em 2016, assumiu o cargo de presidente da República Michel Temer¹⁶, tendo como foco restaurar a economia brasileira, que vivia num momento de recessão econômica. Seguindo Lacerda et al (2018), o início do governo Temer foi conturbado, pois o novo presidente sofria acusações de irregularidades que teriam ocorrido durante o processo de eleitoral de 2014. Em 2017, o presidente Temer sofreu dois pedidos de impedimento por corrupção formulados pela Procuradoria Geral do República, mas, a câmara dos deputados não autorizou o prosseguimento das denúncias. Ao mesmo tempo, os desafios eram grandes, pois o momento exigia medidas rápidas para a recuperação econômica.

¹⁵ 36ª Presidente do Brasil. Governou o Brasil no período de 2010 – 2013 e 2014 a 2016, sendo este último mandato não sendo concluído, em razão da presidente ter sofrido um processo de *impeachment*

¹⁶ 37ª Presidente do Brasil governou o país no período de 2016 – 2018.

Temer conseguiu aprovar medidas como ajuste fiscal e as reformas trabalhistas. Entretanto, não conseguiu colocar em votação a reforma da Previdência Social. Priorizou uma PEC¹⁷ do teto de gastos, medida que limitava os gastos públicos; também aplicou medidas para destravar a economia, como desburocratização e abertura para o comércio internacional.

Em suma, nos últimos anos, o Brasil vem demonstrando compromisso em adotar medidas para equilibrar as contas públicas. Com este empenho nas finanças públicas a nação pretende atrair investimentos externos e internos para alavancar a economia e adquirir percentuais positivos para o PIB.

4.2 UMA ABORDAGEM DA ECONOMIA CHINESA

Segundo Moraes (2004), a China é o terceiro maior país em extensão, a nação mais populosa do mundo e promissora para se tornar a próxima hegemonia econômica mundial. Diversas nações demonstraram interesse voltado para o país pela razão das suas taxas de crescimento e desenvolvimento econômico, sistema político, estratégia diplomático-militar. A rapidez com que tem se modernizado e crescido, com formas peculiares em termos político-econômicos, estão alterando a correlação de forças do mundo.

Em relação à política, a China mostra-se diferente das demais nações ao redor do mundo. O país é comandado por um partido único, o PCC¹⁸ que tem por objetivo centralizar o poder no partido e é o único líder do povo da China. Os cidadãos chineses devem obedecer ao centralismo democrático de forma que as esferas menores devem referir-se às maiores para sugerir soluções, mas devem acatar as decisões superiores. Segundo Visentini *et al.* (2013), a assembleia nacional do povo é o parlamento chinês. Esse parlamento tem a finalidade de eleger o presidente, vice-presidente, presidente da Comissão Militar e os presidentes do sistema judiciário. Cabe também à assembleia apontar o conselho de estado, o

¹⁷ Proposta de emenda à constituição.

¹⁸ PCC – Partido Comunista da China, criado em 1921, em Xangai. Possui 3 milhões de organizações espalhadas pelo território chinês. Dentro do partido existem quatro linhas fundamentais: marxismo-leninismo – herança russa; o pensamento de Mao Zedong, que tem como eixo a revolução dos trabalhadores; a teoria de Deng Xiaoping que reforçaria o ideal do socialismo por meio de abertura econômica; e o socialismo científico.

braço do PCC que controla a máquina estatal, garante a implementação das políticas e controla o orçamento do país.

A China passou por longos períodos de isolamento político e econômico com o ocidente. Os países desenvolvidos consideravam a China um país de terceiro mundo. Nos anos 70, conforme menciona Moraes (2004), a China inicia o seu processo de abertura política externa¹⁹ e passa a fazer parte da Organização das Nações Unidas – ONU -, assina um tratado de paz com o Japão e recebe a visita do então presidente dos Estados Unidos. Após a morte de Mao Tsé Tung, o novo governo chinês adota uma política de modernização. Para tal fato, o governo chinês busca uma política de abertura de mercado. Essa política, conforme salienta Visentini *et al.*(2013), consolidou-se em 1979, com adoção das quatro modernizações, a normalização com o Japão e o estabelecimento de relação diplomática com os Estados Unidos. Deng Xiaoping²⁰ argumentava que a China precisava de um novo projeto diferenciado, ainda que também fundamentado nas ideias de Chu Zhou Enlai²¹.

Tal plano consistia numa estratégia de desenvolvimento de longo prazo abrangendo quatro esferas a modernizar: indústria, agricultura, forças armadas e ciência e tecnologia. As modernizações industrial e agrícola pressupunham uma maior interação com o mercado internacional objetivando obter tecnologia avançada e desenvolver as forças produtivas. Além do mais, tais reformas visavam à abertura externa seletiva do país através da criação de área específica para a captação de capital e tecnologia estrangeiros e a instalação de empresas transacionais, as Zonas Econômicas Estrangerias ou Zonas Econômicas Especiais (ZEE), que eram voltadas prioritariamente à exportação. Essas zonas eram estrategicamente localizadas nas regiões costeiras do sul, o que facilitava a escoação das exportações. Posteriormente Xangai foi escolhida como centro de tecnologia de ponta enquanto a industrialização se deslocava para o noroeste, na região de Xiangiang, território com vastas reservas de petróleo e gás.

¹⁹ Em 1980 a China torna-se membro do Fundo Monetário Internacional e em 1982 participa da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifa e Comércio – Gatt -, na condição de observador.

²⁰ Líder político da República Popular da China entre 1978 à 1992. O líder chinês era centrado numa política liberal de desenvolvimento econômico, cujo êxito representaria a verdade final, mas preserva a orientação socialista e a liderança do Partido Comunista.

²¹ Primeiro ministro da China, atuando como chefe de governo no período 1946 à 1976.

A China, quando abriu suas fronteiras, em meados dos anos de 1980, para atrair empresas e capital externo, deixou de ser um país rural para se tornar uma nação de referência de cidades modelo para outros países. Tudo isso foi possível porque a China se adequou as leis de mercado e garantiu a propriedade privada para os investidores externos. Contudo, conforme menciona Trevisan (2009), este modelo criado pelos chineses não é conhecido por capitalismo, mas sim por uma economia socialista de mercado. A República Popular da China apresentava um conjunto de vantagens comparativas que lhe permitiu alcançar com sucesso parte dos seus objetivos.

Neste sentido o país possuiu uma base industrial considerável tais como máquinas, siderurgia e bens de consumo; rede de transporte razoável e alguns núcleos tecnológicos satisfatórios para iniciar o desenvolvimento. Além disso, a China dispõe de uma mão de obra abundante, pois a maior parte da população vivia em zonas rurais, e com atração de melhores condições de vida nas cidades o setor capitalista via como oportunidade essa mão de obra a custos baixos.

A China do século XXI busca ampliar o seu horizonte por matérias primas, insumos e recursos energéticos, de forma a manter um crescimento econômico exponencial. Por isso o país vem ampliando as relações diplomáticas com nações do continente Africano, na América Latina e Oriente Médio.

Conforme menciona Visentini *et al.* (2013), a política externa para o continente Africano é focada na aquisição de concessões de exploração de recursos minerais, principalmente recursos energéticos, os quais permitiriam o desenvolvimento da segurança energética chinesa. Da mesma forma, esse processo de aumento de influência econômica também pode ser notado no continente sul-americano, onde a China substituiu os Estados Unidos como principal parceiro comercial por vários outros países da América Latina.

Para concluir, a China demonstra grande interesse em ampliar o papel de sua moeda no cenário internacional. A nação pretende, e há projeções de que se tornará a maior hegemonia econômica do mundo. Para alcançar este feito é preciso aumentar mais a circulação da moeda chinesa no cenário internacional. Seria necessário que a China ampliasse a liberação de sua conta Capital, estimulando os investimentos chineses no exterior, tanto sob a forma de investimentos diretos, como investimentos em carteira. Em suma, o país deverá ter um papel cada vez mais

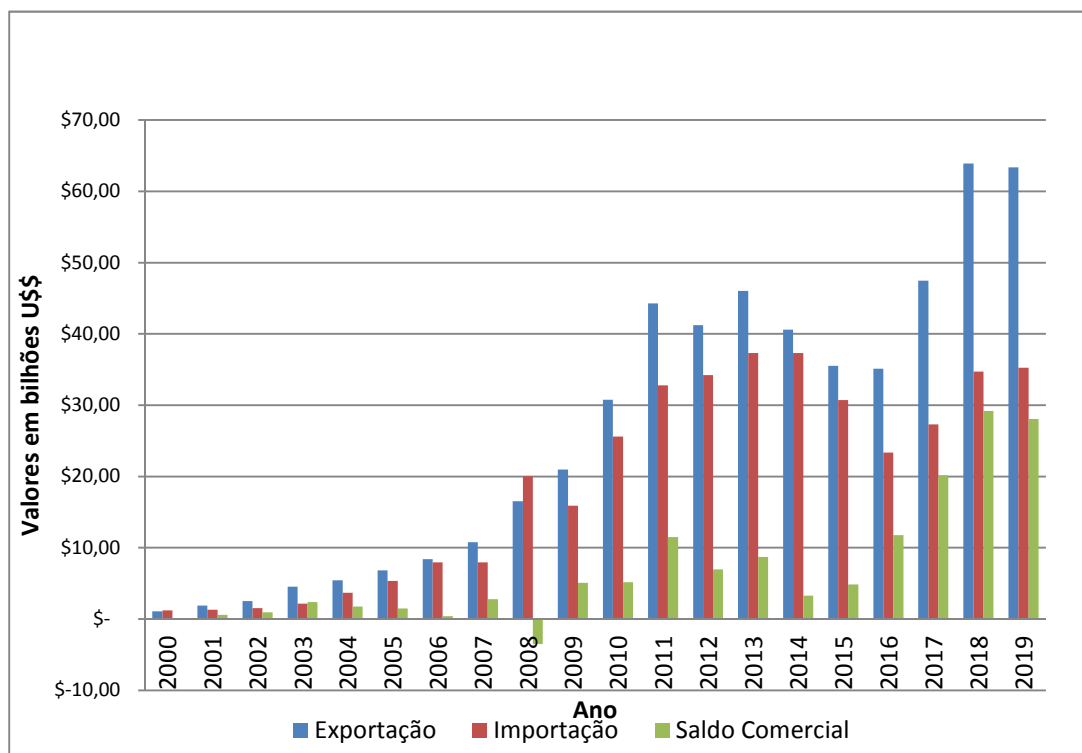
relevante no cenário econômico global, aumentando sua participação no PIB mundial, no comércio internacional e nas finanças globais.

4.3 COMÉRCIO BRASIL E CHINA

Ao longo dos últimos vinte anos, o Brasil e a China construíram um relacionamento cooperativo para ambas as nações. Constata-se que a partir do ano 2000, existe uma expansão das relações econômicas e políticas entre os países. As relações econômicas vigentes entre Brasil e China incluem principalmente fluxos comerciais e investimentos produtivos em ambos os sentidos. Convém acrescentar que o relacionamento bilateral é influenciado pelas transformações globais, regionais, dinâmica sub-regional do leste asiático, da América Latina e situação doméstica vigente em ambos os países.

Dando início a análise da Balança comercial entre Brasil – China, do ponto de vista das relações comerciais, o comércio sino-brasileiro cresceu ao longo das últimas duas décadas. No intervalo de tempo de 2000 e 2019 as relações comerciais entre os países se desenvolveu de maneira robusta, conforme dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

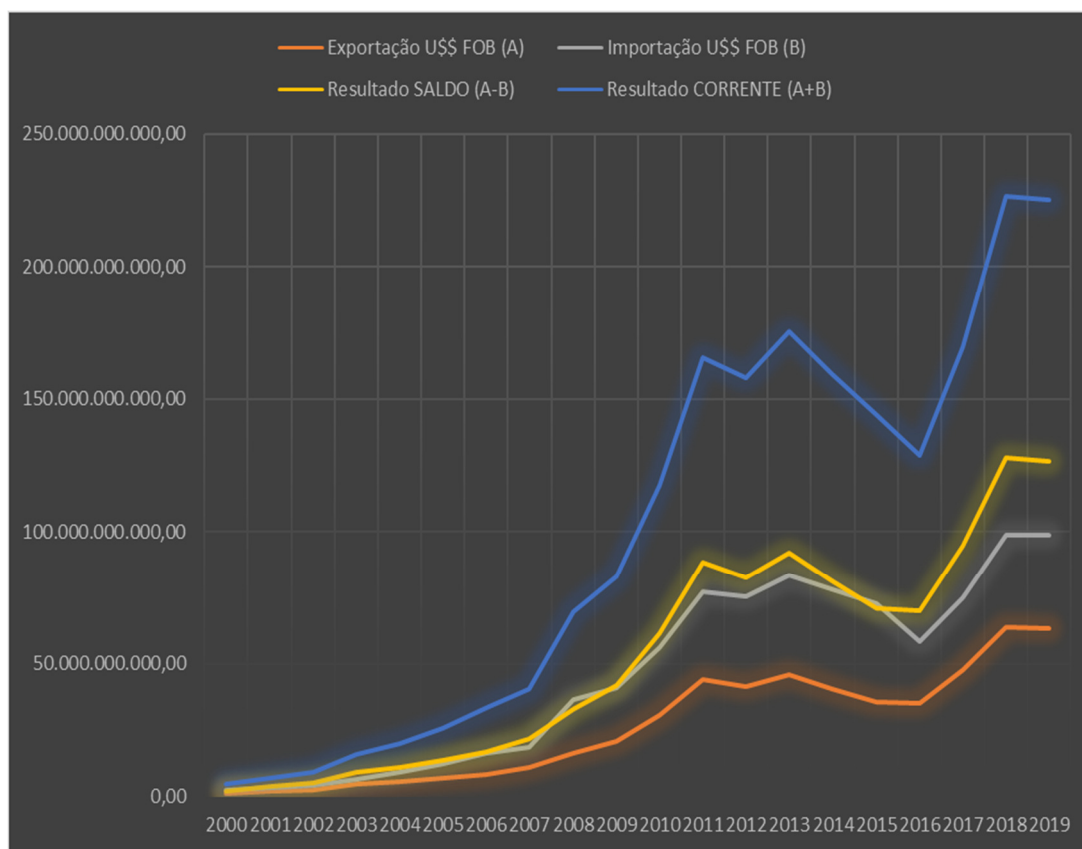
Figura 6 – Série Histórica: Balança Comercial com a China (2000-2019).



Fonte: MDIC\Comexstat – Elaborada pelo autor.

O comércio entre os países tem sido dinâmico nos últimos 20 anos. Na figura 6, o valor das exportações brasileiras com destino à China cresceu exponencialmente. Entretanto, no mesmo período, o valor das importações brasileiras procedentes daquele país aumentou ao longo do tempo, porém o saldo da balança comercial ficou negativo apenas em dois momentos, nos anos de 2000 e 2008. No primeiro ano em razão do início das relações entre os países, no segundo ano de déficit por razão da crise econômica mundial e, por fim, no terceiro ano o Brasil passava por um momento conturbado politicamente e economicamente. Mesmo assim, o desempenho das exportações brasileiras torna a China o maior parceiro comercial do Brasil, suplantando a longa hegemonia americana em nosso comércio exterior.

Figura 7 – Intercâmbio Comercial Brasil e China



Fonte: MDIC\Comexstat – Elaborada pelo autor

De 2000 a 2019, o saldo corrente entre os dois países aumentou, passando de 2,3 bilhões para 98,6 bilhões. Este comportamento fez a China saltar da 12ª posição para colocar-se como o principal parceiro comercial do Brasil, superando os Estados Unidos e Argentina, os quais historicamente sempre se destacaram como parceiros para economia brasileira.

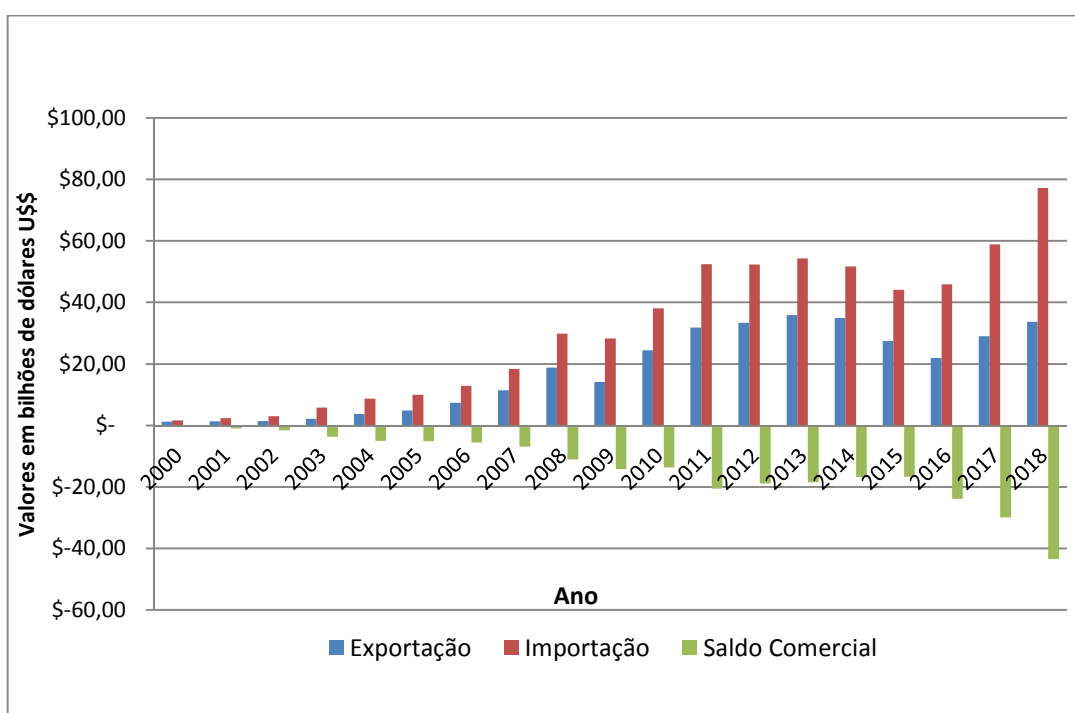
Ressalta-se que as exportações cresceram mais se comparadas às importações no mesmo período. Com o efeito, as exportações acenderam cerca de cinquenta e oito vezes, enquanto as importações vinte e nove vezes. Entre o período de 2000 a 2007, o ritmo das exportações cresceu de forma acelerada, enquanto nas importações o ritmo se comportou de maneira lenta. De 2008 a 2019, a relação entre os países cresceu e o saldo corrente da balança comercial gerou resultados positivos, mesmo em três anos em que houve déficit na balança comercial brasileira.

A aliança entre Brasil e China é considerada estratégica para ambas as nações se desenvolverem e conquistar uma maior influência no cenário

internacional. Na Balança Comercial da China com o Brasil percebe-se que a nação chinesa obteve resultados negativos no saldo comercial com o Brasil.

No figura 8 é demonstrado a crescente evolução das relações comerciais entre China e Brasil. A nação brasileira tem oferecido ao longo dos últimos anos produtos de qualidade para nação chinesa e, com isso, o país tropical tornou-se estratégico para o país asiático. Nesse percurso, a economia chinesa sofreu maior variação em sua Balança Comercial se comparada a do Brasil, pois a China importou mais do que exportou e, com isso, o saldo comercial permaneceu, ao longo dos vinte anos negativo, o que favoreceu a economia brasileira.

Figura 8 – Série Histórica: Balança Comercial China – Brasil (2000-2018).

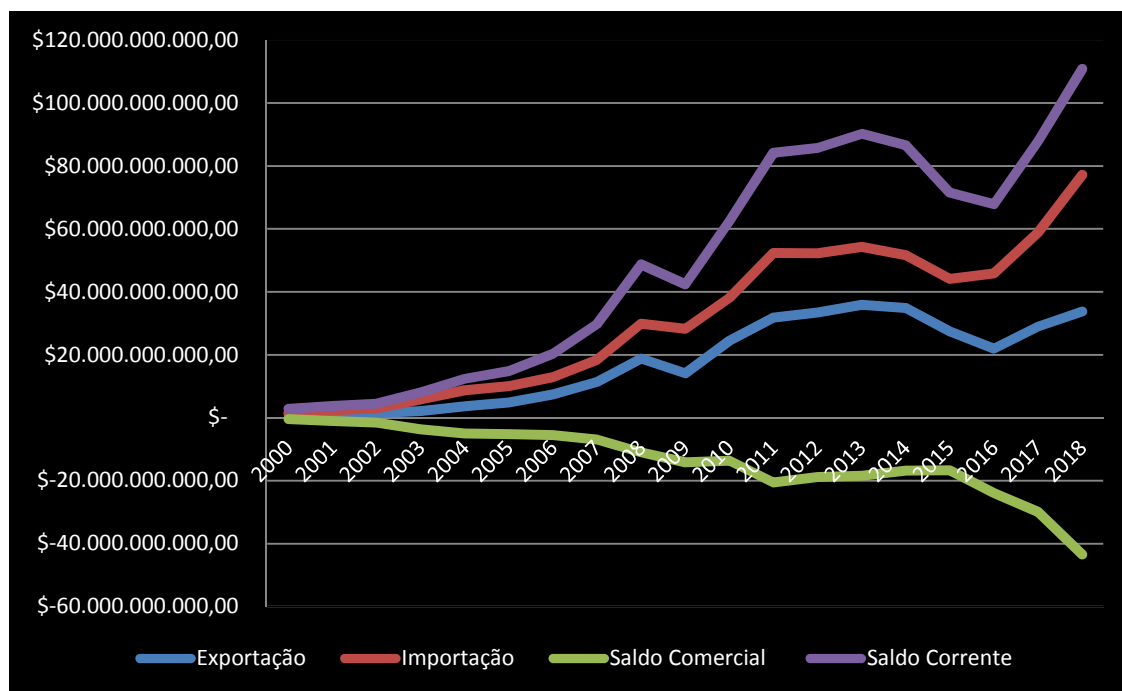


Fonte: Comtrade.un.org/data/ – Elaborada pelo autor

Observando a figura 8, no período de 2000 a 2018 o saldo corrente, que é a soma das exportações com as importações, entre os países aumentou mais de 38 vezes, passando de U\$\$ 2,8 bilhões para mais de U\$\$ 110 bilhões. Ressalta-se também que no período analisado as importações cresceram mais se comparadas às exportações. No ano 2000 a China importou U\$\$ 1,6 bilhões enquanto em 2018 este valor salta para U\$\$ 77,1 bilhões, um aumento de 37 vezes. Enquanto as

exportações não superaram as importações, este resultado ocasionou déficits no saldo comercial, sendo assim o Brasil apresentou ganhos em relação à China.

Figura 9 – Intercâmbio Comercial China e Brasil



Fonte: Comtrade.un.org/data/ – Elaborada pelo autor

Para concluir as análises das balanças comerciais entre os países, percebe-se que neste período o Brasil obteve vantagem comercial em relação ao país asiático. O que motivou este resultado foi a necessidade de bens primários que a China demanda. A principal vantagem comparativa do Brasil são os bens primários, isso faz com que países, em especial a China, consumam estes produtos brasileiros.

4.4 VANTAGENS COMERCIAIS DO BRASIL E CHINA ESTANDO NA OMC

De acordo com Keed (2002), antes da existência da OMC, e para que os países pudessem ter melhores condições de realização do comércio mundial, um acordo de tarifas foi estabelecido por um grande número de países, e este acordo é o Gatt. (Em inglês: *General Agreement on Tariffs and Trade, GATT*). O Gatt foi substituído pela OMC. Membro fundador do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio o Brasil tem participado do sistema multilateral de comércio desde seu início, e vem ganhando importância no espaço das negociações multilaterais, especialmente no

campo do acesso a mercados de bens agrícolas. De fato, o multilateralismo e o bilateralismo têm assumido posições centrais na política comercial brasileira, tendo a China como principal nação com acordos de redução de barreiras comerciais.

Esta seção visa apresentar a metodologia do Índice das Vantagens Comparativas (IVCR) e fazer uma comparação, com as três mercadorias de especialização brasileira, para determinar se o Brasil possui uma posição significativa nas mercadorias a serem analisadas.

A teoria das vantagens comparativas, formulada por David Ricardo, em 1817, sugere que os países devem se especializar na produção daqueles bens em que possuem vantagens comparativas e importar os bens cuja produção implique um custo relativamente maior. Seguindo Krugman (2015), uma nação possui vantagem comparativa na produção de um bem, no momento em que a produção desse bem, em relação aos demais países, é mais baixa do que os outros.

Com base na lei das vantagens comparativas de David Ricardo, Bela Balassa²² (1965) propõe um indicador para analisar a vantagem comparativa revelada (VCR). O IVCR, também é conhecido como Índice de Balassa (1965), que se baseia na ideia de que se um país tem vantagem comparativa em um determinado produto, irá exportar este produto proporcionalmente mais que o resto do mundo. Contudo, se um produto i tem uma participação nas exportações do país j que é maior que a participação deste produto no comércio mundial total, este fato revela que o país j possui vantagem comparativa na produção do bem i . Formalmente, tem-se:

$$\text{em que: } VCR = \frac{X_{ij}/X_j}{X_{iw}/X_w} \quad (4.1)$$

- a) X_{ij} = exportação do produto i pelo país j ;
- b) X_i = total das exportações do país j ;
- c) X_{iw} = exportações do produto i pelo mundo; e
- d) X_w = total das exportações do mundo.

²² Foi um economista Húngaro, que ficou conhecido pelo trabalho realizado entre o poder de compra e paridade e diferença de produtividade entre os países conhecido como efeito Balassa-Samuelson.

Se o índice for maior que a unidade, significa que a participação do bem i nas exportações do país j é superior à sua participação nas exportações mundiais totais, de maneira que j tem vantagem comparativa revelada em i . Inversamente, se $VCR < 1$, o país não tem vantagem comparativa revelada naquele bem.

Tabela 3 – Índice de vantagem comparativa revelada da soja

ANO	Brasil	China
2000	27,90	0,2033
2007	24,11	0,0847
2017	33,23	0,0134

Fonte: Oec.world Elaboração do autor.

Como seria esperada, a participação da soja, na tabela 3, no qual o Brasil possui elevados índices de vantagem comparativa revelada, é maior se comparada ao índice da China. Isso se deve por que o país asiático possui outras mercadorias como vantagem comparativa, ao contrário do Brasil que tem o setor agrícola como excelência e baixo custo de produção.

Tabela 4 – Índice de vantagem comparativa revelada minério de ferro

ANO	Brasil	China
2000	32,05	0,7481
2007	20,13	0,0052
2017	16,08	0,0038

Fonte: Oec.world Elaboração do autor.

Na tabela 4, o minério de ferro é uma matéria prima fundamental para a produção de diversas mercadorias. O Brasil produz este produto e exporta em abundância para diversos países do globo. O minério de ferro é outra vantagem comparativa que o país possui. O índice de vantagem comparativa revelada do Brasil se comparado com o da China, nos anos analisados, sempre foi superior. Contudo, no período de 2007 e 2017 o índice brasileiro e Chinês decresceu. A razão

para este queda no índice foi pela oferta de minério de ferro em outros países e por sucessivas crises econômicas mundiais.

Tabela 5 – Índice de vantagem comparativa revelada de óleos brutos de petróleo

ANO	Brasil	China
2000	0,2219	0,0942
2007	0,6659	0,01362
2017	1,6393	0,0116

Fonte: Oec.world Elaboração do autor.

Na tabela 5, apresentam-se os índices de vantagem comparativa revelada de óleos brutos de petróleo. Em dois momentos, ano 2000 e 2007, o Brasil e a China não revelam vantagem comparativa com este produto. Porém, no ano de 2017, o índice brasileiro passa para 1,6393, evidenciando vantagem comparativa. Enquanto a China não apresenta resultado favorável para que tenha vantagem comparativa com este produto.

4.5 EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA

O índice de especialização de exportação por setor tem por objetivo analisar a vantagem de especialização exportadora de um determinado produto ou setor que um país “i” tem em relação à outra nação “j”. Formalmente, tem-se:

$$\text{em que: } IEE = \frac{X_{ki}/X_{it}}{X_{kj}/X_{jt}} \quad (4.2)$$

- a) X_{ki} = as exportações do setor K do país “i” para o mundo,
- b) X_{it} = as exportações totais do país “i”;
- c) X_{kj} = as exportações do setor K do país “j” para o mundo;
- d) X_{jt} = as exportações totais do país “j”.

Se o índice de especialização for superior a 1, no setor analisado, significa que o país “i” tem vantagem de especialização exportadora em relação ao país “j”.

Tabela 6 – Índices de especialização e exportação

2000	Capítulo	Brasil	China
	0	7,1413	0,14
	1	3,3632	0,2973
	2	4,4909	0,2226
2007	Capítulo	Brasil	China
	0	3,868	0,2585
	1	10,311	0,0969
	2	9,7178	0,1029
2017	Capítulo	Brasil	China
	0	2,8431	0,3517
	1	10,8664	0,0672
	2	17,79	0,0561

Fonte: OEC World Elaboração do autor.

Da tabela 6 pode-se depreender que o Brasil em relação à China possui maior índices de especialização de exportação nos setores analisados. No que engloba aviões, carros, tratores, dentre outros (capítulo 0), no período dos anos 2000 o índice do Brasil era de 50 vezes maior do que o da China. Entretanto, ao longo dos anos, este índice vem decrescendo no Brasil, enquanto o indicador chinês vem aumentando.

No que se refere minério de ferro, petróleo cru, dentre outros (capítulo 1), o Brasil possui indicadores superiores aos da China. Nos momentos analisados, o ano 2000 foi o menor índice apresentado pelo Brasil. Ao longo dos anos, o Brasil aperfeiçoou o modo de produção destes produtos e os indicadores elevaram-se. Se comparar os índices do Brasil, nos anos 2007 a 2017, elevou-se pouco, em razão da demanda por petróleo no mundo estar em ascensão.

A participação dos capítulos 2 (soja, milho, café, dentre outros) o Brasil revela elevados índices de especialização de exportação. Isso porque o país possui, com estes produtos, uma vantagem comparativa aos demais países, inclusive a

China. Analisando o ano de 2000, o Brasil, em comparação ao índice chinês, apresentava um nível 20 vezes maior. Já no período dos anos de 2017, este indicador aumenta 315 vezes, em relação ao índice da China. Evidenciando assim, a importância que estes produtos têm para a balança comercial brasileira.

Em suma, pode-se verificar que o Brasil apresenta vantagem comparativa com mercadorias primárias, com exceção do capítulo 0, que trata dos transportes. Isso significa que a nação brasileira deve aumentar a sua presença no mercado chinês, pois este país não apresenta índices significativos de mercadorias primárias. Sendo assim o país asiático tende a ser um importador destas matérias já que a demanda por produtos primários neste país é ampla.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar as relações comerciais entre o Brasil e a China, entre o período de 2000 a 2019, tendo como foco principal promover a atuação e ampliar a relação comercial entre os países. Para ter embasamento técnico foram examinados alguns indicadores relacionados, por exemplo, índice de vantagem comparativa revelada e o índice de especialização e exportação analisando os itens e setores de especialização das pautas bilaterais.

Também foram citados alguns autores, obras e modelos econômicos que contribuíram para os estudos do comércio internacional. Esses autores são Adam Smith, David Ricardo, Eli Heckscher e Bertil Ohlin. Os modelos/teorias desenvolvidos pelos autores, respectivamente, foram a teoria das vantagens absolutas; modelo Ricardiano e o modelo Heckscher-Ohlin. Mencionou-se o modelo geral do comércio, analisando também as economias de escalas, concorrências imperfeitas e o comércio internacional. Os movimentos internacionais de fatores foram abordados de modo a demonstrar como funcionam a migração internacional da mão de obra e o deslocamento do capital.

O trabalho retrata as políticas de comércio internacional, instrumento utilizado pelos governos, de uma maneira geral, para proteger algum setor que este país considere estratégico para uma determinada economia. Além disso, os países em desenvolvimento foram influenciados a adotar medidas de políticas comerciais para proteger as suas indústrias. Isso fortaleceu o modelo de industrialização pela substituição de importações, modelo que incentivava a indústria de um determinado país. Contudo, as taxas cambiais e macroeconômicas das economias abertas são mencionadas de modo a abordar como as nações devem controlar as suas comercializações e seus gastos. Essa maneira de controle de um país é denominada como contabilidade nacional, que consiste no registro de todos os gastos que contribuem para a renda e produção de uma nação. Enquanto o balanço de pagamentos faz o registro contábil de todas as transações feitas por um país com o restante do mundo.

Revelou-se um contexto histórico do Brasil e da China. O período de análise do Brasil engloba os inícios dos governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente Dilma Rousseff e ex-

presidente Michel Temer. Nestes últimos governos são apontados os principais feitos econômicos. Na análise histórica da China, são abordados os principais líderes, questões geográficas e geopolíticas e o processo de inserção econômica mundial que o país adquiriu ao longo dos anos. Além das análises históricas são mencionadas as relações comerciais entre os países. É feito um contexto histórico da aproximação entre os países e apresentado em forma de gráfico a série histórica da balança comercial Brasil e China. Para fundamentar as análises das séries históricas, uma sugestão de leitura é o artigo de Carlos Federico Domínguez Ávila (2009), tendo como título “O DRAGÃO E O JAGUAR: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS EM PERSPECTIVA”. Neste artigo, o autor desenvolve análises de séries históricas e promove cenários prospectivos para as relações comerciais entre Brasil e China.

Em linhas gerais, dos dados analisados é possível extrair algumas conclusões mais relevantes. Em primeiro lugar, o IVCR, o Brasil se destacou mais nos produtos mostrados no estudo. Isto porque o Brasil tem como vantagem comparativa as demais nações, em especial a China, as commodities. A China, por sua vez, não é uma nação produtora de commodities, o país importa essas mercadorias para atender o consumo interno da nação e usa alguns bens para produzir outras mercadorias em que a China tem maior especialização.

Finalmente, observa-se um quadro em que o Brasil figura como um grande exportador de produtos primários e alimentos. Ao examinar os índices de especialização de exportação por setores, em que o Brasil possui vantagem comparativa revelada, é possível perceber um grau de superioridade em relação à China. Nos anos de 2000, 2007 e 2017 os índices mostraram-se crescentes, principalmente nos produtos que envolvem grãos. Contudo, a China é um grande demandante por alimentos e grãos, o que faz do Brasil um fornecedor para o país asiático, justificando a ampliação das relações bilaterais entre as nações.

REFERÊNCIAS

- APPLEYARD, Dennis R. FIELD JR, Alfred J.; COBB, Steven L. **Economia Internacional**. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2010.
- ARIENTI, Patrícia Fonseca Ferreira; VASCONCELOS, Daniel de Santana; ARIENTI, Wagner Leal. **Economia política Internacional**: um texto introdutório Curitiba: InterSaberes, 2017.
- CALABREZ, Felipe; **Introdução à economia política**: o percurso histórico de uma ciência. Curitiba: InterSaberes, 2020.
- CARLSON Benny, Eli Heckscher's Ideological Migration Towards Market Liberalism. **Econ Journal Watch**, [S. l.], v. 13, n.1, p. 75-99, 2016
- CARVALHO, Maria Auxiliadora Vieira de; SILVA, César Roberto Leite da. **Economia internacional**. 4.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007
- DALLA COSTA, Armando João; **Economia Internacional**: teoria e prática. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.
- FRIEDHILDE, Maria Kustner Manolescu. A teoria pura do comércio internacional: evolução e problemas. 2017. 39 f. Tese (Tese para Concurso Livre-Docência (FCE)). Universidade Federal da Bahia, 1970. Disponível em <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24141>. Acesso em 28 jun. 2020.
- HOBBSBAWM, Eric John. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- KEED, Samir. **ABC do comércio exterior**; abrindo as primeiras. São Paulo : Aduaneiras, 2002.
- KRUGMAN, Paul R; **Economia Internacional**: teoria e política. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2015.
- KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, Maurice; **Economia Internacional**. São Paulo, Pearson, 2001.
- LACERDA, Antônio Corrêa de; BOCCHI, João Ildebrando; REGO, José Márcio (Org.); BORGES, Maria Angélica; MARQUES, Rosa Maria (Org.). **Economia Brasileira**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João. **Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o Keynesianismo**. Barueri, São Paulo: Manole, 2002.

MAGALHÃES, Gildo; **Introdução à metodologia científica: caminhos da ciência e tecnologia**, Gildo Magalhães. - São Paulo: Ática, 2005.

MARIANO, Jefferson; **Introdução à economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva 2012.

MCCREADIE, Karen; **A Riqueza das nações de Adam Smith**: uma interpretação moderna e prática. São Paulo: Saraiva, 2010.

MORAES, Antônio Luiz Machado de. **Liberalização econômica e sua importância para as exportações do agronegócio brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informações tecnológicas, 2004.

PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antônio. As relações entre China e América Latina num contexto de crise. Estratégias e Potencialidades. São Paulo. Editora LCTE, 2011.

PIRES, Marcos Cordeiro; **Economia brasileira: da colônia ao governo Lula** / Marcos Cordeiro Pires. - São Paulo: Saraiva, 2010.

RICARDO, David, **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

SALVATORE, Dominick; **Economia Internacional**. Dominick Salvatore. – Rio de Janeiro. Editora LTC, 2000.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**, 2^a. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. 2 v.

TREVISAN, Cláudia; **Os chineses**. São Paulo: Contexto, 2009.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; ADAM, Gabriel; VIEIRA, Maíra; SILVA, André Silva. **BRICS**: As potências emergentes: China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.